

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

OLÍVIA CAROLINA DE RESENDE BASILIO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: ESTUDO DO PACTO GLOBAL NO ESTADO DO PARANÁ**

**CURITIBA
2014**

OLÍVIA CAROLINA DE RESENDE BASÍLIO

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: ESTUDO DO PACTO GLOBAL NO ESTADO DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração, no Curso de Pós-Graduação em Administração - Linha de Pesquisa Inovação e Tecnologia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Farley Simon Mendes Nobre

CURITIBA
2014

OLÍVIA CAROLINA DE RESENDE BASÍLIO

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: ESTUDO DO PACTO GLOBAL NO ESTADO DO PARANÁ

Dissertação aprovada como requisito parcial obtenção do grau de Mestre, no Curso de Pós-Graduação em Administração – Linha de Pesquisa “Inovação e Tecnologia”, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Farley Simon Mendes Nobre
Orientador – Departamento de Administração, UFPR

Prof. Dr. José Roberto Frega
Departamento de Administração, UFPR

Prof. Dr. José Felipe Araújo de Almeida
Departamento de Políticas Públicas, UFPR

Prof. Dr. João Carlos da Cunha
Departamento de Administração, Universidade Positivo

Curitiba, 30 de Junho de 2014.

Dedico este trabalho ao meu filho Breno,
por ser a razão deste esforço.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho, simboliza um período de grande esforço e dedicação, no intuito de aprimorar meus conhecimentos. Contudo, apenas pude concluir mais esta etapa da minha caminhada, porque obtive apoio, compreensão e a colaboração de diversas pessoas especiais, sem elas a concretização desse sonho seria impossível. A Deus, Jesus Cristo e Maria, por constituírem minha fonte inesgotável de apoio, sabedoria e fortaleza, que me possibilitaram , hoje, chegar ao fim de mais um ciclo de minha vida;

Ao meu filho amado, Breno, a pessoa que mais sacrificada foi neste período, tendo que entender minha ausência, entre estudos, viagens e distância. Filho esta realização é mais sua do que minha, te amo;

À minha mãe Iná Lopes, que mesmo não concordando com minhas escolhas, manteve suas orações, carinho, respeito e, acima de tudo, sua amizade, força motriz para que eu conseguisse chegar até o fim;

Ao meu pai Laudemir Moisés, por ser um grande amigo;

Aos meus irmãos: Otávia, Oyara, Oscar, Rosa, Eduardo e Nathália, por terem me apoiado em minhas decisões e escolhas, e nesta última fase, decisiva e difícil, por estarem ao meu lado, neste caso, agradecimento especial à Oyara, sem você, minha irmã, este trabalho não seria finalizado;

À Manu, pela presença nesta última fase, dando-me o carinho e a alegria necessária para terminar este trabalho;

Aos velhos amigos que torceram por mim e entenderam a minha distância e ausência;

Aos amigos da UFLA, pelo incentivo inicial e presença constante, e aos amigos da UFPR, que, além de se tornarem grandes amigos, compartilharam pesos e desafios, o meu muito obrigada: Antonio Carlos Santos, Tonny Kerley, Daniel Leite, Lauisa Barbosa, Cintia Loos, , Cleiton Duarte, Guilherme Borges, Simone Crocetti, Elisete Stenger, Carla Souza, Taiane Coelho, Rhaoni Picoli, Mariana Monfort, Ricardo Pütz, Felipe Andres Ceballos, Maria Matilde Zraik Baracat, Joelson Matoso, Fernanda Alves, Larissa Viapiana, Pablo Felipe Guillen Schlippe, Gabriela de Menezes, Fabiana Escudero, Débora Tazima, João Castilho, Thiago Nascimento e Andréa Torres.

Ao meu orientador, Professor Farley Simon Mendes Nobre, por acreditar em

meu tema e por contribuir com a ampliação dos meus conhecimentos, compartilhando um pouco do seu muito. Agradeço pelos debates, orientações e paciência no decorrer desses anos de trabalho, seu estímulo e apoio foram de fundamental importância, o meu eterno agradecimento.

Aos professores, Marcos Wagner da Fonseca, José Roberto Frega, Pedro José Steiner Neto, João Carlos da Cunha e José Felipe Araújo de Almeida pelas contribuições e orientações.

À Lídia e Denise ,secretárias do PPGADM que, sempre muito atenciosas, se prontificaram a ajudar e solucionar as mais diversas solicitações.

À Capes e ao CNPq, pelo auxílio financeiro de incentivo à pesquisa.

De modo geral, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

A presente dissertação teve como principal objetivo descrever relações entre práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) orientada pelos princípios do Pacto Global e as dimensões econômica, social e ambiental do Desenvolvimento Sustentável. Adotou-se, nesta pesquisa, uma abordagem descritiva e quantitativa; utilizou-se de questionário como instrumento de coleta de dados; e analisaram-se dados primários de 46 empresas signatárias do Pacto Global no Estado do Paraná. Respostas aos questionários dessa pesquisa foram coletadas entre novembro de 2013 a fevereiro de 2014. Foram utilizados os seguintes procedimentos: teste de Alfa de Cronbach, análise de posição (frequência e média) e dispersão (desvio padrão, assimetria e curtose), teste de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, teste de correlação de Spearman, teste dos postos de Wilcoxon e análises gráficas. Resultados de análises demonstraram correlações positivas e fortes entre os imperativos da RSE e do Desenvolvimento Sustentável, podendo-se concluir que as ações de RSE, segundo princípios do Pacto Global, contribuíram para cada uma das dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Observando-se o Teste de Wilcoxon, pôde-se constatar que as ações de RSE, segundo princípios do Pacto Global, apresentam soluções para o Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial. Desenvolvimento Sustentável. Pacto Global.

ABSTRACT

This research describes relationships between practices of Corporate Social Responsibility (CSR) guided by the principles of the United Nations Global Compact and the economic, social and environmental dimensions of Sustainable Development. It involves descriptive and quantitative methods; questionnaires which are the instruments of data collection; and analysis of 46 signatory companies of the Global Compact in the State of Paraná, Brazil. Answers to the questionnaires were collected between November 2013 and February 2014. Analyses were based on Cronbach's alpha test, position analysis (frequency and mean) and dispersion (standard deviation, skewness and kurtosis), Kolmogorov-Smirnov and Shapiro-Wilk's tests, Spearman's correlation test, Wilcoxon's test and graphical analysis. Findings in this research demonstrate positive and strong correlations between the constructs of CSR and Sustainable Development. It concludes that CSR based on principles of the Global Compact contribute to empower each of the dimensions of sustainable development.

Keywords: Corporate Social Responsibility. Sustainable Development. UN Global Compact.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – OS 8 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	29
FIGURA 2 – VISÃO DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL – PIRÂMIDE DA RSE	34
FIGURA 3 – MODELO DE VALOR SUSTENTÁVEL	46
FIGURA 4 – MAPA DA PESQUISA	55
QUADRO 1 – RESUMO DAS INICIATIVAS	37
QUADRO 2 – PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL	39
QUADRO 3 – OBJETIVOS DO COMITÊ BRASILEIRO DO PACTO GLOBAL	51
QUADRO 4 – IMPERATIVOS DE AVALIAÇÃO DA RSE SEGUNDO PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL	52
QUADRO 5 – IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	54
QUADRO 6 – IMPERATIVOS E INDICADORES	71
QUADRO 7 – CORRELAÇÕES DOS INDICADORES DA RSE	88
QUADRO 8 – CORRELAÇÕES DOS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	91
QUADRO 9 – RELAÇÕES ENTRE OS IMPERATIVOS DA RSE	94
QUADRO 10 – RELAÇÕES ENTRE OS IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	97
GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DA AMOSTRA POR ADESÃO	633
GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES ATIVAS E NÃO ATIVAS NO BRASIL	644

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COM BASE NA ATIVIDADE.....	59
TABELA 2 – RELAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO ATIVAS POR ESTADO.....	60
TABELA 3 – TAMANHO MÍNIMO DA AMOSTRA.....	61
TABELA 4 – TIPOS DE ORGANIZAÇÕES QUE ADERIRAM AO PACTO GLOBAL NO BRASIL.....	64
TABELA 5 – TIPOS DE ORGANIZAÇÕES QUE ADERIRAM AO PACTO GLOBAL NO ESTADO DO PARANÁ.....	65
TABELA 6 – EMPRESAS PRIVADAS ATIVAS NO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO O SETOR.....	66
TABELA 7 – TESTE DE ALFA DE CRONBACH (CONFIABILIDADE).....	72
TABELA 8 – RESULTADOS DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS INDICADORES DOS CONSTRUTOS DA RSE.....	74
TABELA 9 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – DIMENSÕES AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL.....	76
TABELA 10 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS IMPERATIVOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	79
TABELA 11 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	80
TABELA 12 – TESTE DE NORMALIDADE – KOLMOGOROV-SMIRNOV E SHAPIRO-WILK.....	81
TABELA 13 – ASSIMETRIA E CURTOSE DAS PERGUNTAS.....	82
TABELA 14 – CORRELAÇÃO DOS INDICADORES DA RSE.....	85
TABELA 14 – CORRELAÇÃO DOS INDICADORES DA RSE.....	86
TABELA 15 – COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO – RSE.....	87
TABELA 16 – CORRELAÇÃO DOS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	89
TABELA 17 – COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	90
TABELA 18 – CORRELAÇÃO DOS IMPERATIVOS DA RSE.....	92
TABELA 18 – CORRELAÇÃO DOS IMPERATIVOS DA RSE.....	93
TABELA 19 – COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO DOS IMPERATIVOS DA RSE.....	94
TABELA 20 – IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	96
TABELA 21 – COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO DOS IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	96
TABELA 22 – IMPERATIVOS DA RSE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	98
TABELA 23 – TESTE DE WILCOXON PARA A COMUNIDADE E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	100
TABELA 24 – TESTE DE WILCOXON PARA OS PRINCÍPIOS E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	100
TABELA 25 – TESTE DE WILCOXON PARA O CONHECIMENTO E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	101
TABELA 26 – TESTE DE WILCOXON PARA A DECISÃO E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	101

TABELA 27 – TESTE DE WILCOXON PARA O PLANEJAMENTO E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	102
TABELA 28 – TESTE DE WILCOXON PARA O APERFEIÇOAMENTO E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	102
TABELA 29 – TESTE DE WILCOXON PARA AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	103

LISTA DE SIGLAS

RSE	- Responsabilidade Social Empresarial
PG	- Pacto Global
DS	- Desenvolvimento Sustentável
WCED	- <i>World Commission on Environment and Development</i>
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
CMMAD	- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
BoP	- Teoria da Base da Pirâmide
ONG	- Organizações Não Governamentais
BP	- Base da Pirâmide
RDH	- Relatório de Desenvolvimento Humano
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
ONU	- Organização das Nações Unidas
CNUMAD	- Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
CEBDS	- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
HIV/Aids	- Síndrome da imunodeficiência adquirida
ECO 92	- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
GRI	- <i>Global Reporting Initiative</i>
IBASE	- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
DJSI	- <i>Dow Jones Sustainability Index</i>
ISE	- Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	- <i>International Organization for Standardization</i>
OHSAS	- <i>Occupational Health & Safety Advisory Services</i>
RBPG	- Rede Brasileira do Pacto Global
CBPG	- Comitê Brasileiro do Pacto Global
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNIDO	- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
D.C	- Definições constitutivas
D.O	- Definições operacionais
DT	- Discordo totalmente
DGP	- Discordo em grande parte
DP	- Discordo em parte
NCND	- Nem discordo e nem concordo
CP	- Concordo em parte
CGP	- Concordo em grande parte
CT	- Concordo totalmente
NA	- Não se aplica
SPSS	- <i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
COP	- Comunicação de Progresso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	18
1.2	DEFINIÇÕES DOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	18
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	RELEVÂNCIA TEÓRICA PRÁTICA	19
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	20
2.1	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	20
2.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	24
2.2.1	Objetivos de desenvolvimento do milênio	29
2.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	31
2.3.1	Pacto global.....	38
2.4	RELACIONANDO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	45
3	METODOLOGIA.....	49
3.1	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA E DAS PERGUNTAS DE PESQUISA	49
3.2	CATEGORIAS DE ANÁLISE	50
3.3	ABORDAGEM METODOLÓGICA	55
3.4	DELIMITAÇÃO E <i>DESIGN</i> DA PESQUISA.....	56
3.4.1	Classificação da pesquisa	56
3.5	ESCOLHA DA AMOSTRA.....	58
3.5.1	Amostra proposital - identificação.....	58
3.5.2	Cálculo da amostra.....	61
3.5.3	Amostra por adesão	62
3.5.4	Organizações que aderiram ao pacto global	63
3.6	COLETA DE DADOS	66
3.6.1	Elaboração do instrumento de coleta de dados.....	66
3.6.2	Recorte temporal dos dados.....	67
3.6.3	Análise e tratamento dos dados	68
3.7	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	68
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	70

4.1	ANÁLISES DOS DADOS.....	70
4.1.1	Confiabilidade – Alfa de Cronbach	70
4.1.1.1	Análise Da confiabilidade dos construtos – Alfa de Cronbach.....	71
4.1.2	Imperativos teóricos, análise de posição e dispersão	72
4.1.2.1	Análise de posição e dispersão dos indicadores da responsabilidade social empresarial	73
4.1.2.2	Análise de posição e dispersão dos indicadores dos imperativos do desenvolvimento sustentável – dimensões ambiental, econômica e social	75
4.1.3	Análise de posição e dispersão dos imperativos	78
4.1.3.1	Análise de posição e dispersão dos imperativos da RSE.....	78
4.1.3.2	Análise de posição e dispersão dos imperativos do desenvolvimento sustentável	79
4.1.4	Análise da normalidade	80
4.1.5	Análise das correlações – coeficiente de spearman	83
4.1.5.1	Correlação dos indicadores dos imperativos da rse.....	84
4.1.5.2	Correlação dos indicadores dos imperativos do desenvolvimento sustentável – dimensões ambiental, econômica e social	88
4.1.5.3	Correlação dos imperativos.....	91
4.1.5.3.1	Correlação dos imperativos da rse.....	91
4.1.5.3.2	Correlação dos imperativos do desenvolvimento sustentável	95
4.1.5.3.3	Correlação entre os imperativos da rse e do desenvolvimento sustentável	97
4.1.5.4	Análise de Equilíbrio.....	99
4.1.5.4.1	Análise de equilíbrio entre os imperativos da RSE e do desenvolvimento sustentável	99
4.1.5.4.2	Análise de equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento sustentável	102
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICES	114

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, estão reunidos os tópicos referentes à introdução do trabalho, constituído de problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, justificativas teóricas e práticas, além da estrutura do projeto.

Frente à problemática do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado no crescimento da produção industrial e seus crescentes problemas ambientais, econômicos e sociais, amplia-se a discussão sobre a necessidade de revê-lo e torna eminente a busca por mecanismos que possam corrigir ou alterar os atuais padrões de desenvolvimento. Desenvolvimento esse baseado na premissa básica do crescimento econômico e na crença de que este, apoiado pelo avanço da Ciência e Tecnologia, possa resolver todos os problemas da humanidade, uma vez que “[...] o padrão atual de desenvolvimento não pode continuar e deve ser mudado”. (World Commission on Environment and Development, WCED, 1987, p. 2).

O sistema capitalista apresenta-se deficiente e necessita recriar-se constantemente. Na medida em que os recursos naturais pareciam capazes de suprir todos os insumos para a produção demandada e receber todos os rejeitos de produção e lixo dessas demandas, a problemática da degradação ambiental não era levada em consideração em estudos econômicos. Na medida em que tanto a exploração de recursos naturais quanto a absorção de rejeitos e lixo, não estavam sendo tratadas, houve necessidade do sistema de produção capitalista se reinventar, se adequando às limitações da natureza. Inovações tecnológicas foram implementadas na tentativa de gerar resultados positivos sobre a problemática, uma vez que, cada vez mais a opinião pública tem cobrado posicionamento das empresas. (SOUSA, 2006).

Na âmbito social, o sistema capitalista também se mostrou deficiente. De acordo com o Banco Mundial, em 2008 cerca de 1,29 bilhão de pessoas viviam abaixo da linha da extrema pobreza, ou seja, viviam com menos de US\$1,25 dólar por dia; 1,18 bilhões de pessoas vivem na fronteira, entre extrema pobreza e pobreza, que são os que vivem com US\$1,25 à US\$ 2,00; e no total 2,471 bilhões de pessoas viviam abaixo do patamar de US\$2,00. Isso implica dizer que mais de um terço da população mundial encontra-se em condições indignas de sobrevivência, passando por privações de toda espécie. Esse estado de privação e

marginalização dá origem a tensões sociais e violência. (BANCO MUNDIAL, 2008).

Desemprego, subnutrição, crises econômicas, fragilidades nos sistemas educacional, de saúde, previdenciário, entre outros, são fatores que têm sido agravados pela crescente desigualdade social e econômica, não apenas em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, mas na realidade de cada nação, esse quadro tem sido evidenciado anualmente pelos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009).

Nesse cenário, percebe-se que as organizações industriais trouxeram impactos positivos e negativos sobre a sociedade, manipuladas pelo sistema de produção capitalista, que busca o lucro em detrimento do meio ambiente e do social. As organizações têm explorado os recursos naturais de maneira intensa, desordenada e irresponsável, além de ocasionar uma distribuição desequilibrada desses recursos, resultando em problemas complexos relativos à degradação ambiental e social. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, CMMAD, 1991). A implementação de estratégias que criem não somente valor econômico, mas que também contemplem valores sociais e ambientais, mostram-se na atualidade fundamental para o desenvolvimento sustentável dos países.

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo o relatório Brundtland (1991), busca caminhos que procurem satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Esse conceito significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (BRUNDTLAND, 1991, p. 9 e 10).

Para Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável pressupõe a existência de critérios de sustentabilidade social, ambiental e de viabilidade econômica, entendendo que apenas soluções que abarcam esses três elementos podem obter denominação de desenvolvimento. (SACHS, 2008).

A relevância do papel das organizações na sociedade e, mais especificamente, nos dias atuais, forçam-nas a buscar formas para amenizar as externalidades negativas sobre a sociedade e o meio ambiente, empregando conceitos e práticas do Desenvolvimento Sustentável, mediante a implantação de

atributos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), em sua estratégia de gestão. A RSE, segundo o Instituto ETHOS “é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos, com as quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais e promovendo a redução das desigualdades sociais”. (INSTITUTO ETHOS, 2012).

Mais recentemente, Prahalad e Hart (2002) formularam a Teoria da Base da Pirâmide (BoP) que é atribuída às pessoas do grupo social e econômico situadas na base da pirâmide econômica, em torno de 4 bilhões de pessoas no mundo, concentradas, principalmente, em países em desenvolvimento, e cuja renda não ultrapassa US\$ 2,00 diários. Em sua primeira versão, a BoP propõe que as empresas multinacionais juntamente a outros atores como governos e Organizações Não- Governamentais (ONGs), desenvolvam estratégias que possam criar valores sociais e econômicos para a emancipação das classes pertencentes à base da pirâmide, gerando oportunidades de desenvolvimento por meio do acesso dessa população a bens e serviços que lhes tragam melhorias na qualidade de vida (PRAHALAD; HART, 2002). Em sua segunda versão, a BoP estabelece parâmetros para que o desenvolvimento dessas classes seja realizado de maneira sustentável, contemplando fatores econômicos, sociais e ambientais (LONDON e HART, 2011). A análise da Base da Pirâmide (BP) permite a busca de alternativas para o problema da pobreza extrema, por meio do estabelecimento de um sistema de aprendizagem que resulta da articulação, concepção de ideias e criação de oportunidades para reforçar as potencialidades sociais e os sistemas econômicos dos indivíduos que a compõem. (PRAHALAD, 2005; GARDETTI, 2006).

A incorporação de elementos e princípios sociais e ambientais nas práticas organizacionais podem gerar conflitos de interesses políticos, culturais, econômicos, entre outros. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) (2010), a contribuição à diminuição das desigualdades socioeconômicas, da redução da pobreza é dever de diferentes organizações da sociedade, independente de seu caráter público ou privado, incluindo governos que desempenham papel fundamental na elaboração de políticas públicas. O Pacto Global, anunciado em 1999 pelo Secretário Geral das Nações Unidas, naquele período Kofi Annan, corrobora as teses atuais de Desenvolvimento Sustentável, engajando as organizações a adotarem

políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. Essa é uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Assim, as corporações, que são os principais agentes da globalização, podem ajudar a garantir que organizações de mercado, comércio, tecnologia e finanças progridam de maneira a beneficiar as economias e sociedades em todos os lugares. (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2012).

Com base nessas premissas, o presente estudo objetiva identificar se as organizações que aderiram aos princípios do Pacto Global – como um discurso da preocupação com a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) – contribuem efetivamente com o desenvolvimento sustentável.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Os Princípios de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), orientados pelo Pacto Global, contribuem para o Desenvolvimento Sustentável?

1.2 DEFINIÇÕES DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo geral

Analisar quanto os princípios de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), orientados pelo Pacto Global, contribuem para o Desenvolvimento Sustentável.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) definir fatores econômicos, sociais e ambientais que caracterizam um Desenvolvimento Sustentável (DS);
- b) caracterizar a RSE das empresas signatárias do Pacto Global no Estado do Paraná;
- c) descrever a relação entre Responsabilidade Social Empresarial (RSE) dessas empresas, orientadas pelos Princípios do Pacto Global, e o Desenvolvimento Sustentável (DS).

1.3 RELEVÂNCIA TEÓRICA PRÁTICA

A escolha de uma proposta de pesquisa deve estar embasada em critérios de originalidade, relevância, viabilidade, exequibilidade e oportunidade. (MACONI; LAKATOS, 2005).

Apesar de os temas Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável serem, cada vez mais, debatidos na economia e na academia brasileira, não foi constatada a relação entre a Responsabilidade Social Empresarial conforme os princípios do Pacto Global e o Desenvolvimento Sustentável no estado do Paraná.

A relevância do tema decorre do crescente envolvimento nos últimos anos das organizações com a Responsabilidade Social Empresarial, adotando os princípios do Pacto Global. A capacidade de determinar a relação, as características das empresas socialmente responsáveis e os fatores internos e sistêmicos, que podem influenciar o resultado é um pré-requisito para o desenvolvimento e análise de políticas como o Pacto Global que visem a incentivar um desenvolvimento sustentável. Destarte, é relevante investigar as empresas do estado do Paraná, dada a sua visibilidade e representatividade no cenário econômico brasileiro.

Em relação à exequibilidade, o estudo envolverá as empresas que aderiram ao Pacto Global no estado do Paraná. Justifica-se tal escolha pelo fato de existir possibilidade de acesso a dados para análise. Por fim, é oportuno analisar a adoção de práticas de RSE conforme os princípios do Pacto Global e analisar as suas contribuições para o Desenvolvimento Sustentável.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na literatura econômica existente, não há uma definição final da distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico. Historicamente, o conceito de desenvolvimento passou por muitas alterações, várias contribuições foram explanadas, desde crescimento econômico, desenvolvimento econômico e mais recentemente desenvolvimento sustentável.

Como não se chegou ao consenso sobre uma definição única aceita integralmente, aprimoramentos foram sendo incorporados ao longo da história. Neste capítulo, será apresentado um panorama das contribuições dos pensadores em relação a esse tema.

Segundo Souza (2005), não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. No primeiro grupo, enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais Keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Na segunda corrente, economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), e Nurkse (1957), embora com raízes ortodoxas, realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas. Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades. (SOUZA, 2005, p. 5).

O primeiro estudo claramente econômico surge a partir da teoria de crescimento econômico na obra de Adam Smith em *A Riqueza das Nações* de 1776. Para Smith (1952), o crescimento econômico de uma nação é caracterizado por seu produto anual *per capita* que, mediante sua gama de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo” — que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de produção — e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total.

Para Souza (2009, p. 2), Smith procura identificar os fatores da formação da

riqueza nacional; explica como o mercado opera e qual a importância do aumento do tamanho dos mercados para reduzir os custos médios (efeito escala) e permitir a produção com lucros. Expandindo-se os mercados, aumentam-se a renda e o emprego. O desenvolvimento ocorre com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos; pela redução do desemprego e elevação da renda média do conjunto da população.

As contribuições teóricas sobre o crescimento econômico procuram identificar por que alguns países são tão ricos e outros tão pobres.

Um dos primeiros trabalhos e dentre estes o mais relevante foi escrito por Robert Solow, em 1956, em seu artigo intitulado *A Contribution to the Theory of Economic Growth*; nele Solow apresenta razões pelas quais alguns países se desenvolvem mais que outros em termos de riqueza econômica. O Modelo de Solow é baseado nas taxas de investimento e crescimento populacional. Para Solow, portanto, um país cresce mais quando há maiores taxas de investimentos e menores taxas de crescimento populacional, possibilitando maior produtividade da mão de obra. (SOLOW, 1956). Nesse modelo, o capital físico é que sustentava o crescimento econômico, porém apresenta rendimentos marginais decrescentes, ou seja, a cada nova unidade de capital investido na produção, o rendimento por trabalhador inicialmente cresce, até chegar a um ponto em que maiores investimentos significavam menores rendimentos por trabalhador. Assim, apenas um choque exógeno tecnológico seria capaz de promover crescimento econômico dentro do modelo, ou seja, a economia se deslocaria para um patamar mais avançado.

Mais tarde, outros modelos de crescimento neoclássicos foram delineados. Em 1992, Mankiw, Romer e Weil publicaram um artigo intitulado *A Contribution to the Empirics of Economic Growth*, no qual incluem a especialização do capital humano no modelo de Solow. Esses autores entendem que o modelo de Solow apresenta um desempenho aceitável, mas que o ajustamento do modelo está na inclusão do capital humano, que é diferente nos diversos países, ou seja, que a mão de obra tem diferentes níveis de instrução e qualificação em cada país, afetando, assim, o resultado do crescimento.

Até aqui, tecnologia é entendida como exógena, ou seja, a tecnologia está fora do modelo.

O crescimento entendido como exógeno é um crescimento de longo prazo,

em que a tecnologia, incluindo P&D, não é afetada pelas ações das empresas, as taxas são determinadas por forças externas ao sistema econômico. A temática do crescimento econômico ganhou destaque entre os pesquisadores, na medida em que, cada vez mais, a questão do impacto da ciência, da tecnologia, e da inovação nos processos econômicos se tornava relevante para explicar o crescimento econômico.

Decorrente desses estudos, emergiu mais recentemente a Teoria do Crescimento Endógeno, esboçada, fundamentalmente, a partir dos trabalhos dos Professores Paul Romer e Robert Lucas, os quais apontaram questões que iam além do tradicional Crescimento. Esses autores destacaram a importância das variáveis endógenas ao sistema econômico, lançando mão do comportamento dos agentes econômicos.

Para que haja tal tipo de crescimento, é necessário apenas que a tendência decrescente dos retornos do capital seja eliminada. Nesse sentido, fatores como inovação tecnológica endógena, capital humano e os arranjos institucionais passam a assumir um papel crucial no crescimento contínuo da renda per capita em qualquer sistema econômico. (SILVA FILHO; CARVALHO, 2001, p. 401).

O crescimento endógeno advém fundamentalmente da presença de um mecanismo que evita a anulação da produtividade marginal de um fator acumulável indispensável à produção. Quer isso dizer que os fatores/fontes de crescimento são explicitados no modelo, deixando de ser uma caixa preta - que não se sabe muito bem de onde vem, nem qual a sua dinâmica. (DIAS; DIAS, 1999).

Segundo Duarte (2005), a principal diferença entre a teoria de crescimento exógeno para a teoria do crescimento endógeno é que o primeiro possui rendimentos marginais decrescentes do fator acumulável e não produz externalidades positivas, ao contrário do segundo, que os rendimentos marginais do fator acumulável são crescentes e trazem consigo externalidades positivas.

Esses modelos de crescimento apresentam apenas uma abordagem econômica, que reflete a ideia de que o desenvolvimento está ligado única e exclusivamente a recursos econômico-financeiros, desconsiderando-se questões sociais e ambientais envolvidas no processo de desenvolvimento. Segundo Souza (2005), a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque, mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez

necessária, tendo em vista a tendência contemporânea de robotização e de informatização do processo produtivo.

Schumpeter foi o primeiro economista a diferenciar crescimento de desenvolvimento econômico. Segundo Schumpeter, por essa dependência fundamental do aspecto econômico de coisas sobre tudo mais, não é possível explicar uma mudança econômica, por meio somente de condições econômicas prévias. Isso porque o estado econômico de um povo não emerge simplesmente de condições econômicas anteriores, mas de toda situação anterior. E, principalmente, pela inclusão das inovações na discussão do crescimento. (SCHUMPETER, 1962).

Para Schumpeter (1962), o desenvolvimento é provocado pelas inovações que, empregadas pelo empresário empreendedor com ajuda do crédito, possibilitam um rompimento no fluxo circular da renda. Mudanças econômicas substanciais não têm origem dentro do fluxo circular, – pois a vida econômica dentro do fluxo transcorre normalmente, onde cada bem produzido é consumido, período após período, – mas, sim, das inovações transformadoras que podem ser previstas *ex ante*. Essas inovações provocam mudanças qualitativas diferentes daquelas que ocorrem no dia a dia, no interior do fluxo circular, levando a economia a um novo patamar.

Essas inovações ou novas combinações referem-se a:

- a) introdução de um novo bem;
- b) introdução de um novo método de produção;
- c) abertura de um novo mercado;
- d) conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de bens semimanufaturados;
- e) estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.

(SCHUMPETER, 1962).

Amartya Sen, em seu livro intitulado “Desenvolvimento como liberdade”, faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico existente. Para o autor, podem ser analisados vários malefícios que chocam, como a opulência sem precedentes, extrema pobreza, fome, subnutrição, destituição, marginalização social, privação de direitos básicos, a carência de oportunidades, a opressão e a insegurança econômica, política e social. Amartya Sen apresenta uma ideia de

desenvolvimento voltada para a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. (SEN, 2000). Para o autor, existe uma relação entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos, e vai mais além, propondo uma conceituação mais ampla, minimizando a lacuna deixada entre concentração exclusiva na riqueza econômica e um enfoque mais amplo da vida que podemos levar. (SEN, 2008).

Contudo, além de problemas sociais, existe a emergência da problemática dos desafios ambientais, como o risco ambiental e o *trade-off* entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Percebe-se que é da insatisfação com problemas sociais e ambientais que surgem novas propostas, inserindo essas questões no contexto de análise do desenvolvimento. E uma proposta mais palpável de desenvolvimento sustentável será abordada no próximo tópico.

Esses fatos contribuíram para reforçar a posição dos defensores do conceito de desenvolvimento sustentável: existe risco de perdas ambientais importantes e o crescimento econômico pode ser socialmente excludente; a solução é um conjunto de políticas públicas que remova os obstáculos estruturais à redistribuição dinâmica da renda e enfrente os problemas ambientais com prudência e eficiência (progresso técnico) ecológica. (ROMEIRO; 2012, p. 71).

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como exposto no capítulo anterior, conceituar o desenvolvimento não é tarefa das mais simples, pois o conceito, historicamente, vem evoluindo e deixando de ser um dado meramente quantitativo, para assumir cada vez mais características qualitativas.

Com a queda do comunismo na última década, o capitalismo emergiu como a ideologia econômica dominante no mundo. Infelizmente, os resultados produzidos em dez anos de capitalismo global não têm sido uniformemente positivos. A saturação dos mercados desenvolvidos, a ampliação do fosso entre ricos e pobres, o crescimento dos níveis de degradação ambiental e a preocupação de que o mundo desenvolvido possa estar perdendo o controle sobre sua própria densidade populacional, vêm se combinando e criando entraves à economia global. (HART; MILSTEIN, 2004, p. 65).

Os primeiros movimentos em torno do Desenvolvimento Sustentável surgem já nas décadas de 70 e 80, frutos da insatisfação com as desigualdades sociais e degradação ambiental, decorrentes das falhas de mercados e das externalidades

negativas que foram compreendidas depois dos grandes desequilíbrios e crises no cenário mundial. Esses movimentos entendem que os padrões de produção e consumo nas sociedades capitalistas não poderiam ser mantidos, tendo em vista que os recursos do planeta são finitos.

Na década de 80, esse conceito foi introduzido mundialmente e com maior debate e intensidade pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Relatório Brundtland, fundamentando-se na assertiva de que o modelo de crescimento econômico até então abordado e implementado gerou um nível de riqueza incomensurável, contudo, à custa da miséria, da degradação ambiental e da poluição crescentes.

Segundo o Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1987), o desenvolvimento sustentável é idealizado como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. (CMMAD, 1987, p. 46).

O relatório frisa que o principal objetivo do desenvolvimento é satisfazer às necessidades e aspirações humanas. Inclui-se nas necessidades, a ideia básica de atendimento aos mais pobres, que necessitam receber prioridade. Segundo o relatório Brundtland, para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham as suas necessidades básicas atendidas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor. As necessidades são determinadas social e culturalmente e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar. (CMMAD, 1987, p. 47).

Em 1992, foi realizada no Brasil a Rio 92, Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Essa conferência, conhecida também como “Cúpula da Terra”, mediou acordos entre lideranças de mais de 170 países, cujas conclusões serviram de base para a formulação da Agenda 21 que pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, apresenta estratégias e táticas para um mundo equilibrado. (RADAR RIO + 20, 2013).

A proposição de integrar desenvolvimento econômico, proteção ambiental e

uma sociedade mais igualitária é o principal ponto da perspectiva do Desenvolvimento Sustentável. Em suma, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CMMAD, 1987, p. 49).

Segundo relatório da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP, 2005), o conceito de desenvolvimento sustentável está em constante evolução e apresenta-se em três áreas principais: sociedade, meio ambiente e economia. A área da sociedade se caracteriza pela necessidade do conhecimento das instituições sociais e do papel que desempenham na mudança e no desenvolvimento social, de tal modo que os sistemas democráticos e participativos possibilitem a oportunidade de expressar opiniões, eleger governos, estabelecer consensos e resolver controvérsias. A área do meio ambiente procura conscientizar a sociedade em relação à fragilidade do meio físico e aos efeitos das atividades e decisões humanas sobre o meio ambiente onde a própria humanidade está inserida, incluindo as questões ambientais como elemento primordial no desenvolvimento de políticas sociais e econômicas. A área econômica busca conscientizar a sociedade em relação aos limites do potencial de crescimento econômico e de seus impactos na sociedade e no meio ambiente. (USP, 2005).

Sachs (2008) afirma que o conceito de Desenvolvimento Sustentável é imperativo ético de solidariedade duplo que acontece diacronicamente com as gerações futuras, permitindo-nos trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional. (SACHS, 2008).

O trabalho de Sachs (2008) busca explicitar que as estratégias de desenvolvimento devem ser pensadas, levando-se em consideração a diversidade de configurações socioeconômicas e culturais, e que, para serem eficazes, as estratégias devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade superar os gargalos que impedem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e a imaginação. Para tanto, os diversos atores envolvidos no processo de desenvolvimento devem ter garantida sua participação (trabalhadores, empregadores, Estado e a sociedade civil organizada). (SACHS, 2008).

De acordo com Sachs (2008), o “conceito” de desenvolvimento sustentável é regido por cinco pilares básicos, chamados pelo autor de “pilares do desenvolvimento sustentável”. São eles:

- a) **social**: é fundamental, pois abrange a visão de que as más situações sociais em muitos lugares do mundo estão relacionadas ao descaso das autoridades frente à desigualdade social acumulada ao longo dos anos;
- b) **ambiental**: sua importância se dá por duas razões: é fornecedor de recursos para a sustentação da vida e agente receptor dos resíduos que voltam para a natureza;
- c) **territorial**: é importante porque está ligado à distribuição espacial de recursos naturais, da população e das atividades desenvolvidas.
- d) **econômico**: é importante, pois viabiliza o acontecimento dos fatos;
- e) **político**: um governo democrático é um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem. (SACHS, 2008, p. 15-16).

Percebe-se que esses pilares formam um conjunto de ações que, implementadas de maneira adequada e simultânea, são capazes de conduzir à evolução do desenvolvimento sustentável, possibilitando benefícios, tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente.

Conceitos similares ao de Desenvolvimento Sustentável surgem e complementam a busca.

O conceito de sustentabilidade, tem sido representado pela elevação de expectativas em relação ao desempenho social e ambiental. Nesse sentido, a sustentabilidade global é entendida como a habilidade para “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações para satisfazerem suas necessidades”. Similarmente, o desenvolvimento sustentável “é um processo para se alcançar o desenvolvimento humano (...) de maneira inclusiva, interligada, igualitária, prudente e segura”. (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Uma empresa sustentável, por conseguinte, é aquela que contribui para o desenvolvimento sustentável ao gerar, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais – conhecidos como os três pilares do desenvolvimento sustentável. (HART; MILSTEIN, 2004, p. 66).

A Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988, p. 56), afirma que o Desenvolvimento Sustentável exige mudança no teor do Crescimento Econômico. Para tanto, o uso de matérias-primas e energia deve ser

menos intensivo e o impacto mais equitativo, relacionando a mudança aos níveis de consumo e produção nos países. Se as populações dos países em desenvolvimento, por exemplo, assumissem os padrões de consumo e produção dos EUA, seriam necessários 5 planetas para suportar tal demanda. A Pegada Ecológica brasileira é de 2,9 hectares globais por habitante, indicando que o consumo médio de recursos ecológicos pelo brasileiro é bem próximo da média mundial da Pegada Ecológica por habitante, equivalente a 2,7 hectares globais. (WWF-Brasil, 2014)

Assim, o desenvolvimento para que seja sustentável, exige a obtenção de melhorias qualitativas tanto no meio ambiente, quanto nas questões sociais. Exige a integração do homem aos seus ambientes, natural e social. Demanda capacidade de regeneração e [...] de preservação de recursos escassos, mas fundamentais à sua sobrevivência e desenvolvimento” (ROCHA NETO, 2003).

Sendo assim, as soluções devem conciliar o atendimento simultâneo de três imperativos, que correspondem à dimensão material da sustentabilidade (ROBINSON; TINKER, 1997, p. 1).

- a) imperativo ecológico – consiste em ficar dentro da capacidade de suporte; biofísico do planeta;
- b) imperativo econômico – consiste em buscar um padrão material de vida; adequado a todos, e;
- c) imperativo social – consiste em fornecer estruturas sociais, incluindo; sistemas de governança, que propaguem os valores que as pessoas; querem viver.

Destarte, as questões sociais e ambientais eram vistas como problema dos governos e não das empresas, as quais buscam o lucro, empregando capital e trabalho. Essa visão começa a mudar quando a sociedade mais consciente da sua importância e participação nos mercados mundiais começa a escolher produtos de empresas que seguem determinadas regras e exige das empresas que não se ajustam às demandas sociais e ambientais.

2.2.1 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

No dia 8 de setembro de 2000, 189 países assinaram a Declaração do Milênio das Nações Unidas (CEBDS, 2004). Com o objetivo de sanar alguns dos maiores problemas da humanidade como: extrema pobreza, mortalidade infantil, disseminação de doenças, dentre outros.

A declaração traz uma série de compromissos que resultaram em oito objetivos, chamados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), conforme pode ser visto na FIGURA 1. Num total de 18 metas claras e objetivas, que foram criadas dentro de cada objetivo, e que podem ser monitoradas por meio de 48 indicadores. Essas metas estipuladas devem ser alcançadas até o ano de 2015. Em setembro de 2010, o compromisso para acelerar o progresso em direção ao cumprimento desses objetivos foi renovado a nível mundial.



FIGURA 1 – OS 8 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

FONTE: PNUD (2013)

O primeiro objetivo é desafiador e tem como meta, erradicar a extrema pobreza e a fome. Segundo dados do PNUD (2013), o Brasil, em 2008, já havia cumprido o objetivo de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo na extrema pobreza, porém, ainda cerca de 8,9 milhões de pessoas viviam no país com inferior a US\$ 1,25 por dia.

Na sequência, o segundo objetivo, atingir o ensino básico universal. No Brasil, em 2008, cerca de 95% das crianças e jovens entre 7 e 14 anos estão matriculados

no ensino fundamental, tendo praticamente alcançado o objetivo, porém, as frequências ainda deixam a desejar entre os mais pobres e as crianças das regiões Norte e Nordeste e a qualidade do ensino no país precisa melhorar. (PNUD, 2013).

O terceiro objetivo, que é a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, em 2008, segundo PNUD (2013), 57,6% das brasileiras eram consideradas economicamente ativas, frente a 80,5% dos homens, apesar das mulheres estudarem mais que os homens, ainda têm menos chances de emprego, recebem menos que os homens em funções iguais e ocupam os piores postos.

No quarto objetivo, que é reduzir a mortalidade na infância,

O Brasil reduziu a mortalidade infantil (crianças com menos de um ano) de 47,1 óbitos por mil nascimentos, em 1990, para 19 em 2008. Até 2015, a meta é reduzir esse número para 17,9 óbitos por mil, mas a desigualdade ainda é grande: crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer do que as ricas, e as nascidas de mães negras e indígenas têm maior taxa de mortalidade. O Nordeste apresentou a maior queda nas mortes de zero a cinco anos, mas a mortalidade na infância ainda é o quase o dobro das taxas registradas no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. (PNUD, 2013)

O quinto objetivo: melhorar a saúde materna, até 2010 o Brasil havia registrado redução na mortalidade em 50%, desde 1990. (PNUD, 2013)

No sexto objetivo que é combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, o Brasil vem obtendo resultados satisfatórios, tendo sido o primeiro país em desenvolvimento a possibilitar acesso universal e gratuito para o tratamento do HIV/Aids. (PNUD, 2013)

O penúltimo objetivo que é garantir a sustentabilidade ambiental segundo o PNUD (2013),

O país reduziu o índice de desmatamento, o consumo de gases que provocam o buraco na camada de ozônio e aumentou sua eficiência energética com o maior uso de fontes renováveis de energia. O acesso à água potável deve ser universalizado, mas a meta de melhorar condições de moradia e saneamento básico ainda depende dos investimentos a serem realizados e das prioridades adotadas pelo país. A estimativa é de que o Brasil cumpra, na média nacional, todos os 8 ODM, incluindo o ODM 7. Mas este é considerado por muitos especialistas como um dos mais complexos para o país, principalmente na questão de acesso aos serviços de saneamento básico em regiões remotas e nas zonas rurais. (PNUD, 2013)

No último objetivo, que visa a estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, o Brasil vem se destacando como o principal articulador da criação do G-20 nas negociações de liberalização de comércio da Rodada de Doha da

Organização Mundial de Comércio, dentre outros.

Percebe-se que o Brasil vem avançando no que tange o cumprimento das metas dos objetivos de desenvolvimento do milênio e está no caminho para cumprir as metas até 2015.

Ainda segundo PNUD (2013),

O desempenho brasileiro só foi possível em função da participação social e de uma série de políticas públicas colocadas em cursos nos últimos anos que trouxeram impactos positivos sobre os ODM. Há bons indicadores, mas há muitos desafios a serem vencidos. Para cada um dos Objetivos existem políticas públicas que vêm aproximando o Brasil do cumprimento das metas. Em algumas áreas o país tem que avançar. Em outras, os indicadores positivos já são realidade. (PNUD, 2013).

Os Governos detêm como responsabilidade boa parte dos objetivos e metas, pois estes possuem maior capacidade de coordenação, o empresariado se destaca como um importante agente colaborador para a implementação de ações capazes de conduzir a sociedade a alcançar as metas propostas (PNUD, 2003). As ações responsáveis das empresas podem ser conduzidas de modo a reproduzir as metas traçadas. Aqui, percebe-se a relevância das empresas no processo de desenvolvimento e, nesse sentido, cabe às empresas a implantação de estratégias e inovações que visem à melhor utilização das matérias-primas, eliminação do desperdício, adoção de práticas responsáveis em relação aos *stakeholders*. Nesse contexto, requer-se então uma discussão sobre a Responsabilidade Social Empresarial, que será abordada no próximo capítulo.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O conceito de crescimento econômico entendia que o principal compromisso das organizações deveria ser a garantia da elevação da produção e expansão dos negócios, proporcionando, assim, lucro aos proprietários/acionistas. À sociedade caberia a geração de lucros e pagamento de impostos, e ao Governo, a geração de empregos e provimento de alguns bens e serviços que não seriam vantajosos para as empresas, como ações sociais. O meio ambiente e o desenvolvimento humano eram relegados a segundo plano. Contudo, esse entendimento vem sofrendo mudanças.

Milton Friedman (1985) expõe que, nos dias atuais, uma visão específica tem

adquirido cada vez mais peso, a de que os grandes escalões das empresas e os líderes trabalhistas têm o dever de prestar contas à sociedade, além dos acionistas ou membros. Essa assertiva vai contra a natureza de uma economia livre. Nesta há somente uma responsabilidade social do capital – aumentar lucros ao acionista até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude. (FRIEDMAN 1985). Esse era o pensamento vigente, no qual as organizações deveriam se ater em produzir bens e serviços com eficiência, ficando a cargo dos órgãos públicos competentes a solução dos problemas sociais. Os modelos econômicos de inspiração convencional não incluíam variáveis sociais e ou ambientais, preocupando-se apenas com a alocação de recursos escassos.

Contudo, na década de 70, conforme afirma Hart (2006), criam-se agências reguladoras tanto de proteção social, quanto ambiental. Muitas regulamentações de direção e controle foram aprovadas, com o intuito de pressionar as companhias a mitigar seus impactos negativos. Reguladores e cidadãos ativistas, animados por seu recém-descoberto poder, aumentaram a pressão sobre as empresas por meio de multas, penalidades, campanhas e decreto de anuência.

Assim, uma vez que a empresa passou a ser o motor do Desenvolvimento, os empresários foram forçados a inovar, alterando seus processos produtivos e contribuindo para a ampliação da discussão sobre a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). (SOUSA, 2006).

Se a empresa constitui a célula de um complexo sistema, por meio do qual a sociedade capitalista moderna se organizou, até que ponto ela poderia desequilibrar este mesmo sistema a ponto de comprometer o próprio sistema que a concebeu? (YOUNG *apud* BARBIERI; CAJAZEIRA; JORGE, 2012).

As visões tradicionais de crescimento econômico, principalmente no pós-guerra, traziam uma promessa de afluência que disfarçavam seus elementos mais deletérios. Esses, porém, começaram a surgir no final da década de 1950 e início da década de 1960. Questões ligadas aos agrotóxicos na produção de alimentos, à poluição do ar e das águas, às desigualdades sociais, à necessidade de promover o trabalho digno e decente e, mais recentemente, às consequências da escassez de recursos naturais e à falência de sistemas naturais inteiros – colocando em xeque a própria resiliência da natureza em recompô-los – cobra de uma sociedade globalizada outro modo de produção, consumo e formas de organização e participação política. (YOUNG *apud* BARBIERI; CAJAZEIRA; JORGE, 2012)

Segundo Carroll (1979, p. 497), a ideia de Responsabilidade Social

Empresarial entende que a empresa não tem apenas obrigações econômicas e legais, tem também algumas responsabilidades com a sociedade que se estendem além dessas obrigações. (CARROLL, 1979, p. 497).

Essas responsabilidades têm impacto positivo em relação ao desenvolvimento ambiental, sociocultural, econômico e político da localidade onde a empresa está instalada.

Carroll (1979) define RSE como aquela que incorpora categorias econômicas, legais, éticas e discricionárias de desempenho do negócio. Essas quatro categorias básicas refletem uma visão de responsabilidade social empresarial que está relacionada com algumas das definições oferecidas anteriormente, mas que classifica as responsabilidades sociais das empresas de uma forma mais exaustiva. Divide-se, assim, a RSE em quatro níveis: econômica, legal, ética e discricionária, iniciando pela obrigatoriedade e chegando à responsabilidade assumida pela própria vontade e escolha. A responsabilidade econômica significa a base para todas as outras e reflete a necessidade de a empresa zelar pela saúde financeira e estratégica, para garantir sua sobrevivência e crescimento. A responsabilidade legal significa que a empresa deve ser responsável pela adequação de suas ações à legislação vigente, incluindo sua relação com o governo, consumidores, fornecedores e outros *stakeholders*, em especial aqueles cujas relações sejam regulamentadas pela lei. Atender a esses dois níveis de responsabilidade significa cumprir os requisitos da sociedade, de suas normas e leis e viabilizar o funcionamento da organização. O terceiro nível, a responsabilidade ética, não é exigido, mas é algo esperado da empresa pela sociedade como um todo. Traduz-se em escolhas organizacionais que estejam de acordo com princípios éticos e morais vigentes na cultura social onde a empresa está inserida, levando-a a atuar num patamar acima do mínimo requerido por lei, no que se refere ao atendimento dos interesses coletivos. O quarto e último nível abriga as iniciativas da empresa em se envolver e buscar soluções para os problemas sociais, de maneira voluntária, que depende de sua escolha e vontade. Não é um envolvimento exigido e nem sempre esperado, mas desejado pela sociedade. É no nível discricionário que a empresa aporta, voluntariamente, recursos humanos, materiais e financeiros para a melhoria das condições sociais coletivas. Esse nível é também denominado de filantropia. (CARROLL, 1979)

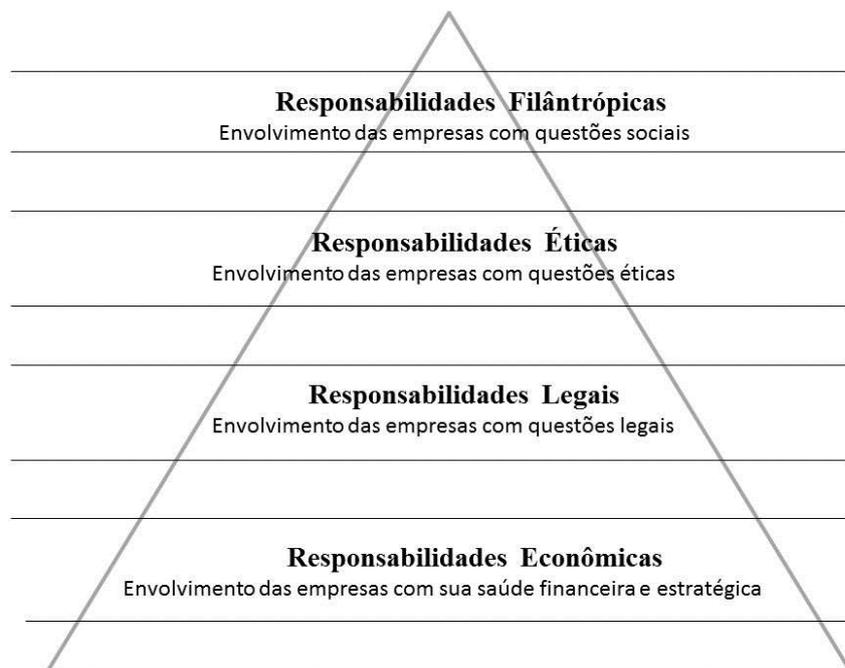


FIGURA 1 - VISÃO DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL – PIRÂMIDE DA RSE

FONTE: elaborado a partir de Carroll (1979).

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem sido conceituada de várias maneiras por diversos autores, e suas diversas definições abrangem características econômicas, legais e voluntárias. De fato, tem sido sugerido que o termo deva dar lugar a uma nova orientação referida como capacidade de resposta social. (CARROLL, 1979).

Na sequência das tentativas de se aprimorar as ações de desenvolvimento sustentável, teve lugar, no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), durante a qual a comunidade internacional concebeu e aprovou a Agenda 21 Global. Ainda hoje, o documento serve de guia para as ações de Governos e de todas as comunidades que procuram desenvolvimento sem, com isso, destruir o meio ambiente. Trata-se de um planejamento com ações de curto, médio e longo prazo, que vem reintroduzindo a noção, até então esquecida, de que é possível e necessário planejar e estabelecer um elo de solidariedade entre as gerações atual e futura, como sugerido no relatório “Nosso Futuro Comum”. (CMMAD, 1991).

A Agenda 21 é um importante marco referencial para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável e para a conscientização do papel de governos, empresas, Organizações Não- Governamentais (ONGs), e demais setores

da sociedade, em busca desse desenvolvimento. Constitui-se num importante instrumento de reforma da sociedade industrial rumo a um novo modelo, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, considerando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento. O capítulo 30 da Agenda 21 trata especificamente da ação das empresas e de sua contribuição para o alcance das metas sociais e ambientais. (CMMAD, 1992).

O relatório da Agenda 21 entende que a esfera empresarial é uma das forças que geram as inovações, aumentando a eficiência do mercado e respondendo a desafios e oportunidades. Por essa razão, os empresários cumprem um papel relevante na utilização mais eficiente dos recursos, redução dos riscos e perigos, minimização dos resíduos, preservação da qualidade do meio ambiente e inclusão social da mulher e de grupos geralmente excluídos do mercado de trabalho. (CMMAD, 1992).

Cada vez mais, a sociedade intensifica cobranças junto às empresas e ao Governo, com o intuito de que ambos tomem medidas para que os problemas causados pela industrialização sejam minimizados. Nesse conjunto de ações, o conceito de RSE expandiu de modo a incorporar, além dos interesses dos proprietários das empresas (*shareholders*), também os anseios das partes interessadas relevantes (*stakeholders*) das organizações. Destarte, surgem novos requisitos trabalhistas, legais e ambientais, forçando as empresas a adotarem cuidados específicos como: preservação, proteção e recuperação da qualidade do meio ambiente e da sociedade sob sua área de influência.

O conceito de RSE que Aguinis e Glavas (2012) adotam é que ela representa contextos específicos, ações organizacionais e políticas que levam em conta as expectativas das partes interessadas e do *triple bottom line* do desempenho econômico, social e ambiental. Embora a definição de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se refira às políticas e ações por parte das organizações, essas políticas e ações são influenciadas e implementadas por atores em todos os níveis de análise, institucional, organizacional e individual. Os autores Matten e Moon (2008) não adotam uma definição de RSE como a mais adequada, uma vez que percebem que “há uma abundância de evidências de que a RSE varia geograficamente em termos de seus significados subjacentes e modos pelos quais se dirige”. Portanto, apesar de uma vasta e crescente literatura sobre RSE (CRANE

et al., 2008) e sobre conceitos relacionados, o seu conceito ainda não é consenso. Inicialmente, porque RSE é um "conceito fundamentalmente contestado", sendo considerado como valor, "internamente complexo", e com regras relativamente abertas de aplicação (LUA; CRANE; MATTEN, 2005, p. 433). Bem como é um termo guarda-chuva com alguma sobreposição e sendo sinônimo de outras concepções de negócios da relação entre sociedades (MATTEN; CRANE, 2005). Em terceiro lugar, foi claramente um fenômeno dinâmico. (CARROLL, 1999; MATTEN; MOON, 2008).

Ainda segundo Matten e Moon (2008), no centro da RSE está a ideia de que ela reflete os imperativos sociais e as consequências sociais de sucesso do negócio. Assim, a RSE empiricamente é constituída de políticas claramente articuladas. Envolve responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas. Preocupa-se com desempenho social, com a relação aos *stakeholders*, com a cidadania corporativa; ligados ao desempenho financeiro e a novas aplicações éticas nos negócios. Isso tem alargado a RSE entre teoria e prática e tem refletido no impacto do pensamento europeu. (MATTEN; MOON, 2008).

Os executivos também divergem no entendimento da sustentabilidade e/ou RSE. Para alguns, a RSE é um mandato moral; para outros, uma exigência legal. Ainda para alguns outros, a RSE é percebida como um custo inerente ao fato de se fazer negócios – um mal necessário para se manter a legitimidade e o direito de a empresa funcionar. Algumas poucas empresas têm começado a tratar a RSE como uma oportunidade de negócios, abrindo caminho para a diminuição de custos e riscos, ou até mesmo elevando seus rendimentos e sua participação de mercado por meio da inovação. (HART; MILSTEIN, 2004, p. 6).

Há um grande problema ao se avaliar e comparar projetos de RSE e seus resultados econômicos, sociais e ambientais, uma vez que cada organização desenvolve sua própria metodologia de análise das ações e projetos. Algumas tentativas de padronização podem ser observadas e dentre as mais relevantes estão: GRI (Global Reporting Initiative), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social. Segundo Sousa (2006), a justificativa para essa preocupação é a necessidade de se criar formas que facilitem a compreensão e comparação dos diversos relatórios de divulgação das informações sobre responsabilidade social pelas diversas partes interessadas. (SOUSA, 2006).

Algumas iniciativas foram criadas para incentivar práticas de RSE. As mais

relevantes foram: o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) para destacar as empresas consideradas mais sustentáveis e cujas ações estão na Bolsa de Nova Iorque e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo, seguindo a mesma linha no Brasil. (SOUSA, 2006, p. 93). Além de iniciativas, normas foram criadas na tentativa de incitar e possibilitar a gestão sustentável das empresas. Como exemplo, podem ser citadas a ISO 14.000, o OHSAS 18.000 e a ISO 26.000. Um resumo das iniciativas e normas pode ser visto no QUADRO 1.

Instrumento	Tipologia	Foco
GRI	Relatório Abrangente	TBL
Indicadores Ethos	Relatório de Autoavaliação	7 dimensões
BS IBASE	Relatório Resumido	5 dimensões
DJSI	Índice de Sustentabilidade	TBL
ISE	Índice de Sustentabilidade	TBL + Governança Corporativa
Princípios do Equador	Acordo Internacional	Diretrizes para cessão de empréstimo
ODM	Acordo Internacional	Combate à pobreza
Pacto Global	Acordo Internacional	Saúde, Direitos Humanos e Corrupção
PRI	Acordo Internacional	Investidores preocupados com questões relacionadas à ESG
ISO 9.000	Norma Certificável	Qualidade
ISO 14.000	Norma Certificável	Meio Ambiente
ISO 26.000	Norma Certificável	Diretrizes de RASC
AA 1.000	Norma Certificável	Envolvimento dos Stakeholders
AS 8.000	Norma Certificável	Relação com os empregados
OHSAS 18.000	Norma Certificável	Saúde e Segurança dos trabalhadores
NBR 16.001	Norma Certificável	Sistema de Gestão da RASC

QUADRO 1 - RESUMO DAS INICIATIVAS

FONTE: Elaborado a partir de Sousa (2006).

Percebe-se que o Pacto Global é uma iniciativa de RSE, que tem como intuito o engajamento das empresas na solução de problemas globais, especialmente com o objetivo de ajudar a atingir as Metas do Milênio da ONU.

Portanto, essas normas e iniciativas representam o início da disseminação de práticas que permitam uma estratégia de RSE adequada aos princípios de sustentabilidade, econômico, social e ambiental.

2.3.1 Pacto Global

Em meio ao cenário de crescente inquietação sobre os efeitos dos aumentos dos mercados, do consumo, da população mundial e de um mundo cada vez mais globalizado, exposto nos capítulos anteriores, o ex- Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, propôs o Pacto Global no Fórum Econômico Mundial, em 31 de janeiro de 1999, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletida em 10 princípios. Para tanto, convocou líderes empresariais, de sindicatos, de ONGs e outros atores da sociedade civil a se unirem e criarem ações e parcerias em prol de um mercado global mais inclusivo, igualitário e sustentável, contribuindo para o avanço das práticas de Responsabilidade Social Empresarial. Hoje já são mais de 5.200 organizações signatárias articuladas por 150 redes ao redor do mundo. (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

Porém, o Pacto Global não tem como objetivo ser um instrumento regulador, ele não vigia e não gera obrigações comportamentais ou de ações e práticas gerenciais das empresas, este visa a ser apenas uma iniciativa de ação voluntária de cidadania empresarial, que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, mediante lideranças corporativas, comprometidas e inovadoras. Destarte, “o Global Compact confia no interesse próprio e esclarecido das empresas, das entidades do trabalho e da sociedade civil, para iniciar e compartilhar uma ação substantiva na busca dos princípios nos quais se baseia o Global Compact”. (REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL, 2012). Princípios estes baseados na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e na Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Definiram-se dez Princípios Universais para o Pacto Global, estando relacionados “as quatro áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ao meio ambiente e combate à corrupção, escolhidas por possuírem um potencial efetivo para influenciar e gerar mudança positiva.” (REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL, 1999). Os dez princípios são apresentados na QUADRO 2.

Princípios do Pacto Global	
Direitos Humanos	P1) As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente P2) Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos
Trabalho	P3) As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva P4) A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório P5) A abolição efetiva do trabalho infantil P6) Eliminar a discriminação no emprego
Meio Ambiente	P7) As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais P8) Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental P9) Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis
Contra a Corrupção	P10) As empresas devem combater a corrupção em todas as formas, inclusive extorsão e propina

QUADRO 2 – PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

FONTE: Rede Brasileira do Pacto Global (2012).

Os dois primeiros princípios (P1 e P2) dizem respeito aos direitos humanos, em que o primeiro afirma que as empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente e o segundo atenta a não violação desses direitos. Desta maneira, o PG pretende promover o desenvolvimento humano sustentável focando atenções à vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida decente.

Na dimensão trabalho, percebem-se quatro princípios (P3 a P6). Em P3, argumenta-se que as empresas devem apoiar a liberdade de associação, bem como o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. P4 objetiva a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório. P5 e P6 tratam da abolição efetiva do trabalho infantil e da eliminação da discriminação no emprego.

No que diz respeito à dimensão sobre o meio ambiente, tem-se os princípios P7 a P9. P7 estabelece que as empresas devem apoiar uma abordagem preventiva

aos desafios ambientais. P8 e P9 tratam do desenvolvimento de iniciativas que promovam maior responsabilidade ambiental e incentivem o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis. Assim, visa a promover maior responsabilidade ambiental, que não agrida a natureza, sendo uma abordagem preventiva e não corretiva, além de unir esforços no sentido de promover a gestão do ciclo de vida do produto.

Na última dimensão, contra a corrupção, P10 estabelece que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

O PG ainda tem dois objetivos complementares:

- a) Integrar os dez princípios nas atividades empresariais ao redor do mundo;
- b) Catalisar ações em apoio aos mais amplos objetivos de desenvolvimento da ONU, incluindo, por exemplo, as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

O PG é um instrumento de livre iniciativa das empresas, sindicatos e organizações da sociedade civil, que busca fornecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras. A organização que adere ao PG admite voluntariamente o compromisso de implantar os dez princípios em suas atividades cotidianas e prestar contas à sociedade, com publicidade e transparência, dos progressos que está realizando no processo de implantação dos princípios mediante Comunicações de Progresso (COP).

Para o atingimento desses objetivos, o Pacto Global oferece às empresas participantes a oportunidade de melhorar suas práticas por meio de vários mecanismos: colaboração, aprendizagem, Redes Locais e parcerias.

Com vistas a incentivar as empresas brasileiras (e/ou que atuam no Brasil) a adotar os princípios do PG, foi criado em 2003, o Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG), por meio de uma parceria com o Instituto Ethos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), objetivando a promoção do movimento de RSE no Brasil.

O CBPG possui quatro comissões, que são:

1. comissão de Direitos Humanos e Trabalho;
2. comissão de Meio Ambiente;
3. comissão Anticorrupção;
4. comissão de Educação.

Os objetivos do Pacto Global definidos pelo Comitê Brasileiro do Pacto Global são:

- a) massificação dos seus princípios no País;
- b) ampliação da adesão de empresas e organizações brasileiras;
- c) apoio às empresas brasileiras para a implantação dos princípios;
- d) promoção de troca de experiências e aprendizado dos princípios do PG;
- e) exercício das funções de articulador internacional com as demais redes do PG e com o escritório em Nova Iorque;
- f) promoção do vínculo entre os princípios do PG e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- g) assessoramento ao Presidente do CBPG. (PACTO GLOBAL, 2013).

Deste modo, pode-se perceber que a abordagem adotada pelo Pacto Global é preventiva e corretiva, além de unir esforços no sentido de promover a gestão do ciclo de vida do produto.

O setor privado, representado pelas empresas, Sindicatos, ONG's e sociedade civil tem um papel decisivo nessa empreitada, e está adotando cada vez mais a Responsabilidade Social Empresarial – definida pelos resultados de longo prazo obtidos pelas empresas em termos financeiros, sociais, ambientais e éticos –, em sua agenda. Por meio do Pacto Global das Nações Unidas, mais de 6.000 empresas foram comprometidas (ou se comprometeram) a conduzir seus negócios em plena sintonia com princípios nas áreas dos Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção. (REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL, 1999).

O Secretário-Geral enfatizou o papel das empresas no encorajamento ao apoio contínuo às instituições multilaterais, e na implementação dos valores globais no seu âmbito de atuação. Para assistir a empresa neste esforço, Kofi Annan ofereceu o apoio de cinco agências das Nações Unidas - o Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), lideradas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL, 1999).

Segundo a Rede Brasileira do Pacto Global, um trabalho progressivo e promissor está em curso. Hoje, soluções empresariais inovadoras estão gerando

impacto em questões como acesso a energia, segurança da água e emissões de carbono. Porém, para uma mudança realmente transformadora, um salto substantivo é necessário, por meio de incentivos corretos e ambientes propícios, o setor privado pode trazer contribuições significativas e duradouras para a agenda do Desenvolvimento Sustentável. (REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL, 2012).

A adesão ao Pacto Global não configura obrigação e não é monitorado, contudo alguns compromissos devem ser assumidos pelas empresas ao aderirem. A adesão de uma empresa ou entidade ao Pacto Global implica comprometer-se com a implantação gradual dos dez princípios. Espera-se que os signatários alcancem uma série de mudanças em suas atividades, de forma que o Pacto Global e seus princípios façam parte de sua estratégia, cultura e atividades diárias; ser transparente, ou seja, informar publicamente e de maneira contínua (anualmente) os progressos realizados na implantação dos princípios (por meio da apresentação de Comunicações de Progresso); manter um diálogo com os grupos de *stakeholders* (grupos de interesse da empresa); o compromisso também sugere a seleção de fornecedores de modo que todos aqueles que fornecem à empresa também cumpram com os princípios do Pacto Global; em casos específicos de empresas grandes, médias ou pequenas que têm atividade global, o compromisso do Pacto é Global, ou seja, para todas as suas operações no mundo; entidades que participam do Pacto e não são empresas têm um papel específico, no qual se espera que promovam o Pacto em todo seu âmbito de influência. (PACTO GLOBAL, 2012).

De acordo com o Pacto Global, as empresas, grupos de empresas e outras organizações participam da rede de forma voluntária e, para isso, terão que enviar ao Secretário-Geral da ONU uma carta assinada pelo seu executivo principal e, quando possível, pelo Conselho de Administração, manifestando o compromisso empresarial com o Global Compact e seus princípios.

Segundo Oliveira *et al.* (2008), as empresas participantes deverão

impulsionar mudanças nas suas operações, de maneira que os 10 princípios do Pacto Global se tornem parte da estratégia, da cultura e das operações rotineiras; defender publicamente o Pacto Global e seus princípios através dos meios de comunicação de que dispõe, tais como comunicados à imprensa, discursos, relatórios, etc; publicar em seu relatório anual (ou outro relatório similar) uma descrição das maneiras pelas quais a empresa está apoiando o Pacto Global e seus 10 princípios". (OLIVEIRA et al., 2008).

Ainda para Oliveira *et al.* (2008), o Pacto Global é um fórum aberto que busca atender a um grupo diversificado de empresas e organizações. No Brasil, o Pacto Global é regido por dois órgãos: a Rede Brasileira do Pacto Global e o Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG). Informações no *site* do Pacto Global afirmam que as empresas brasileiras signatárias passam a fazer parte de uma rede nacional, que terá uma série de atividades ao longo do ano. Existe, também, um Comitê Brasileiro do Pacto Global (PG), um grupo menor, representativo de organizações e empresas, que visa a nortear, facilitar e encorajar as empresas e organizações signatárias, a fazer parte do PG e desenvolver programas relacionados aos dez princípios. O Comitê, em conjunto com a Rede Brasileira do Pacto Global, tem como uma de suas principais atribuições definir a agenda anual do PG no Brasil. Os membros do Comitê nomeiam um Presidente com mandato de 2 anos. A Secretaria Executiva do PG no Brasil é responsabilidade do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atualmente, 42 empresas fazem parte do Comitê Brasileiro do Pacto Global. (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

Os principais objetivos determinados pelo Comitê no Brasil são: difundir os princípios no País; expandir a adesão de empresas e organizações brasileiras; prestar apoio na implementação dos princípios; promover uma melhor integração das empresas no que tange à troca de experiências de implantação do PG; articular internacionalmente com os demais comitês; gerar vínculo entre os princípios do PG e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio prestar assessoramento ao presidente do CBPG. (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

A Rede Brasileira do Pacto Global entende que existe informação satisfatória para afirmar que houve melhorias no trato das questões sociais e ambientais de 1992 até hoje. Porém, grandes são os desafios enfrentados para se chegar a um nível de Desenvolvimento Sustentável para todos. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (TOWARDS A GREEN ECONOMY, 2011), cerca de dois bilhões de pessoas sofrem com a falta de água, quase um bilhão são desnutridos no mundo e há sinais claros de esgotamento do meio ambiente, seja através das fontes de matérias - primas, seja como destino dos rejeitos.

O Brasil, em 2009, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2012), em seus Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, apresentava uma tendência de declínio no grau de desigualdade na distribuição de renda desde

1992. Porém, o índice de Gini - que segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mede o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando diferenças entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, permaneceu elevado em 2009 (0,524), indicando que, apesar da redução, as desigualdades socioeconômicas persistem; a proporção de domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo sofreu um decréscimo no período observado, passando de 24,4%, em 1992, a 19,1% em 2009; cerca de 9,7% da população de 15 anos de idade ou mais eram ainda analfabetos, correspondendo, aproximadamente, a 14,1 milhões de pessoas. (IPEA, 2012).

Por outro lado, por várias razões, o Brasil desponta como uma possível potência da economia verde e inclusiva. Mais de 48% da matriz energética brasileira eram de fonte renovável em 2009 (EPE/MME, 2010). O Brasil dispõe de mais de 20% do solo arável do planeta e felizmente conta com insolação e disponibilidade de água. Isso somado a uma cultura colaborativa e a uma classe empresarial cada vez mais engajada, consciente das suas responsabilidades e que quer atuar como protagonista, permite ao país ir muito mais além, ou seja, desenvolver-se de forma sustentável. (PACTO GLOBAL, 2012).

Assim, as empresas brasileiras signatárias do PG cada vez mais percebem que são parte da solução para a promoção de uma economia verde e inclusiva. Temos a convicção de que o Brasil pode se tornar um país líder na promoção do desenvolvimento sustentável. Entendemos que essa atitude beneficia o país, as empresas e as organizações aqui localizadas e, ao mesmo tempo, pode vir a influenciar as posturas de outros países e ainda contribuir para a solução dos problemas em escala global. (MATTAR, 2012).

Assim sendo, ao aderir ao Pacto Global, as empresas estão afirmando que se encontram preparadas para serem avaliadas por suas ações ao invés de meramente por suas palavras. (PACTO GLOBAL, 2012, p. 9). Com relação ao Brasil, o Instituto Ethos também assumiu a tarefa de promover o Pacto Global entre a iniciativa privada no país. O Instituto convidou empresas brasileiras a figurar entre as primeiras signatárias da Agenda do Pacto Global por meio de um evento realizado em 2003 (ETHOS, 2003). Atualmente, segundo dados encontrados no *site* oficial do PG, o Brasil possui 229 signatários do Pacto. (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

2.4 RELACIONANDO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A sustentabilidade se apresenta na atualidade como conceito fundamental para um desenvolvimento econômico, social e ambiental equilibrado, requerendo transformações em diversas esferas da sociedade. Nas empresas a sustentabilidade se destaca na forma de objetivos a serem alcançados e valores a serem criados.

Para haver um Desenvolvimento Sustentável efetivo, as empresas e organizações têm um papel fundamental no que tange à adoção de medidas que minimizem os impactos de suas operações, seja na dimensão econômica, reduzindo custos e aumentando lucros, ou na social, reduzindo as externalidades negativas oriundas de suas operações sobre as comunidades, e ainda na dimensão ambiental, contribuindo efetivamente com a redução dos níveis de extração, poluição e rejeitos. Às empresas, caberá a implementação de inovações na gestão que visem ao uso racional das matérias-primas, à eliminação do desperdício e à utilização de práticas responsáveis em relação aos *stakeholders* e *shareholders*. Para Elkington (1994), tornou-se cada vez mais claro que as empresas devem desempenhar um papel central na concretização de objetivos e de estratégias para o desenvolvimento sustentável, enfatizando que a opinião pública tem sido determinante por trás de todas estas iniciativas. Como exemplo, ele aponta que, em 1992, uma pesquisa de opinião pública, realizada em 22 países com cerca de 22.000 pessoas mostrou que "a preocupação com o meio ambiente tornou-se um fenômeno mundial".

Hart e Milstein (2004), no trabalho intitulado Criando Valor Sustentável, apresentam um modelo baseado na criação de valor ao acionista, no qual esse valor é um construto multidimensional. O modelo é fundamentado em duas dimensões bem conhecidas que são fontes de tensão criativa para as empresas.



FIGURA 2 - MODELO DE VALOR SUSTENTÁVEL

FONTE: Hart e Milstein (2004).

O eixo vertical no modelo reflete a necessidade simultânea que a empresa tem de manter os negócios atuais e de criar a tecnologia e os mercados de amanhã. Essa dimensão captura a tensão experienciada pela necessidade de alcançar resultados de curto prazo ao mesmo tempo em que pensa no crescimento futuro. O eixo horizontal reflete a necessidade de crescimento da empresa e de proteger as habilidades e potenciais organizacionais internos, e, ao mesmo tempo, de infundir na empresa novas perspectivas e conhecimentos vindos de fora. Essa dimensão reflete a tensão experienciada pela necessidade de proteger a essência técnica a fim de que ela possa operar sem interferência, ao mesmo tempo em que permanece aberta a novas perspectivas e a novos modelos e tecnologias. (HART; MILSTEIN, 2004, p. 66).

Em cada quadrante do modelo, Hart e Milstein (2004) especificam um foco que a empresa deve dar. No quadrante inferior esquerdo, o foco se direciona em fatores de desempenho interno como redução de custo e risco. Já o quadrante inferior direito foca no desempenho ampliado, inserindo os *stakeholders* externos como fornecedores e clientes na cadeia de valor imediata, bem como órgãos de regulação e comunidades. Nos quadrantes superiores, o futuro é vislumbrado não apenas a curto prazo. No quadrante superior esquerdo do modelo, a empresa deve não apenas ter um desempenho eficiente nos negócios atuais, mas também estar constantemente preocupada com a criação de produtos e serviços do futuro. Finalmente, o quadrante superior direito foca nas dimensões externas associadas ao desempenho futuro e atuação em camadas sociais menos favorecidas economicamente. Para que haja maximização da Criação de Valor ao Acionista ao longo do tempo, as empresas devem ter um bom desempenho simultâneo em todos

os quatro quadrantes do modelo e em uma base contínua. (HART; MILSTEIN, 2004).

Percebe-se que a implementação das estratégias abordadas no modelo propicia a criação de valor ao acionista e exige inovações que devem pensar o Desenvolvimento Sustentável em todos os quadrantes. Deste modo, para atingir o ponto central, as organizações necessitam inicialmente considerar em seus planejamentos, estratégias para o atual momento em que se encontram e para o futuro, bem como para seus ambientes internos e externos. A adoção das estratégias que compõem o modelo possibilitará às organizações criar valor sustentável aos seus *stakeholders*, a partir de processos de conscientização, assimilação, acomodação, adaptação, experimentação e aprendizagem (NOBRE; LOURENÇO; FAGUNDES, 2010) da organização com relação às estratégias componentes do modelo.

Exemplos de empresas que não se atentaram aos quatro quadrantes e deixaram de vislumbrar o longo prazo são a Kodak e a Xerox, que deixaram de investir adequadamente em tecnologia digital, dando ênfase excessiva aos negócios do dia a dia em detrimento das tecnologias e dos mercados do futuro. Tais atitudes podem gerar crescimento por um tempo, mas ,eventualmente, destroem o valor ao acionista à medida que concorrentes desenvolvem produtos e serviços de qualidade superior. (HART; MILSTEIN, 2004).

Pode-se identificar, segundo Hart e Milstein (2004), quatro motivadores globais voltados para a sustentabilidade. Um primeiro conjunto relaciona-se com a crescente industrialização e suas consequências correlatas, como consumo de matérias-primas, poluição e geração de resíduos. Um segundo conjunto de motivadores relaciona-se à proliferação e interligação dos *stakeholders* da sociedade civil. Um terceiro conjunto de motivadores relaciona-se com as tecnologias emergentes que oferecem soluções poderosas e revolucionárias que podem tornar obsoletas as bases de muitas das atuais indústrias que usam energia e matérias-primas de forma intensiva. Finalmente, um quarto conjunto de motivadores relaciona-se com o aumento da população, da pobreza e da desigualdade associada à globalização.

Em suma, a sustentabilidade global é um conceito complexo, multidimensional, que não pode ser equacionado por meio de uma única ação corporativa. A criação de valor sustentável requer que as empresas levem em conta cada um dos quatro conjuntos abrangentes de motivadores. Primeiro, as empresas podem criar valor reduzindo o nível de consumo de matéria-prima e de poluição associado com a rápida industrialização. Segundo, as empresas podem criar valor ao operar com níveis mais amplos de transparência e responsabilidade, uma vez que são impulsionadas pela sociedade civil. Terceiro, as empresas podem criar valor por meio do desenvolvimento de novas e revolucionárias tecnologias que tenham o potencial para reduzir as pegadas do homem sobre o planeta. Finalmente, as empresas podem criar valor ao atender às necessidades daqueles localizados no extremo inferior da pirâmide de renda do mundo, e isso de uma forma que facilite a criação e distribuição de renda inclusiva. (HART, 2004, p. 69).

A criação de valor é um fator de extrema relevância para a sobrevivência das empresas e contribuição ao Desenvolvimento Sustentável.

Este capítulo teve como base a apresentação das principais contribuições ao longo do tempo sobre a evolução e aprimoramento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, partindo do conceito de Crescimento e Desenvolvimento Econômico até chegar no Desenvolvimento Sustentável, inserindo, neste contexto, a importância das empresas para a obtenção de resultados mais concretos e, nesse sentido, a relevância das ações de Responsabilidade Social Empresarial segundo Princípios do Pacto Global.

O próximo capítulo apresenta a metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho.

3 METODOLOGIA

A ciência é o que se conhece sobre um assunto definido. Ela tenta descrever a realidade de um modo verdadeiro. (HAIR JR. *et al.*, 2005). Para tanto, deve-se partir para a investigação científica, que para ser desenvolvida adequadamente, depende de um projeto que a dirija. Segundo Vergara (2006, p. 15), “qualquer pesquisa, para ser desenvolvida, necessita de um projeto, e benfeito, que a oriente. Ele pode não garantir o sucesso da investigação, mas sua inadequação, ou sua ausência, certamente, garantem o insucesso”. (VERGARA, 2006, p. 15).

Já o método científico é aquele que os pesquisadores empregam para adquirir esse conhecimento. Portanto, é muito semelhante ao processo de pesquisa básica em administração. O processo de pesquisa em administração busca descrever as realidades de ações e interações administrativas de um modo verdadeiro. (HAIR JR. *et al.*, 2005). Segundo Martins e Theóphilo (2007), a metodologia objetiva o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa. Podendo ser equiparada a uma preocupação instrumental: a ciência busca captar a realidade: a metodologia trata de como isso pode ser alcançado. Dessa maneira, o método é o caminho para se alcançar determinado fim ou objetivo.

Vergara (2006) explica que teoria e métodos possuem uma relação de interdependência. “Ambos buscam realizar o objetivo da pesquisa, seja ele de descrever, explicar, descobrir, compreender, predizer determinado fenômeno. A teoria pode gerar e dar forma ao método e o contrário também é verdadeiro. Ambos se nutrem”. (VERGARA, 2006, p. 9).

Para tanto, este capítulo procura especificar a metodologia de pesquisa adotada para caracterização das práticas de Responsabilidade Social Empresarial, segundo princípios do Pacto Global no Desenvolvimento Sustentável, analisando empresas que aderiram ao Pacto Global.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA E DAS PERGUNTAS DE PESQUISA

A proposta de pesquisa deste trabalho envolve dois temas específicos: a Responsabilidade Social Empresarial e o Desenvolvimento Sustentável, e tem como propósito investigar a relação entre eles, a partir da orientação dada pelos dez

princípios do Pacto Global apresentados anteriormente na (QUADRO 1).

Dentro dessa proposta, o estudo parte do seguinte problema de pesquisa: **Os Princípios de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), orientados pelo Pacto Global, contribuem para o Desenvolvimento Sustentável?**

Por essa forma, o presente trabalho foi orientado pelas seguintes perguntas:

A implementação da RSE segundo princípios do Pacto Global está promovendo resultados que atendam às demandas ambientais da comunidade?

A implementação da RSE segundo princípios do Pacto Global está promovendo resultados que atendam às demandas econômicas da comunidade?

A implementação da RSE segundo princípios do Pacto Global está promovendo resultados que atendam às demandas sociais da comunidade?

Entre os parâmetros da RSE segundo princípios do PG, quais estão mais relacionados com as dimensões do DS?

Constata-se atendimento equilibrado e simultâneo das três dimensões do DS (ambiental, econômica e social)?

3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para fins de pesquisa científica é necessária a especificação das categorias de análise, descrevendo-se seus conceitos e operacionalização. Definições constitutivas e operacionais devem ser criadas para que as categorias de análise sejam operacionalizadas. Segundo Martins e Théophilo (2007), variáveis observáveis/mensuráveis devem ser identificadas e podem representar as contrapartidas das variáveis teóricas.

Cook, Selltiz e Wrightsmann (2005), descrevem que a relação operacional das categorias de análise, “devem especificar a sequência de passos que o pesquisador dá para obter uma medida. Essa sequência deve ser replicável, de forma que o pesquisador possa instruir outra pessoa para obter as mesmas medidas”. De acordo com Martins e Théophilo (2007), para se explorar empiricamente um conceito teórico, o pesquisador precisa traduzir a assertiva genérica do conceito em uma relação com o mundo real, baseada em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis, ou seja, elaborar um construto e operacionalizá-lo.

Para adequar o projeto ao exposto acima, a seguir apresentam-se as definições constitutivas (D.C) e definições operacionais (D.O) das categorias de análise que envolvem o estudo: Responsabilidade Social Empresarial, Pacto Global e Desenvolvimento Sustentável.

Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

D.C.: compreende uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2012).

D.O.: a RSE foi operacionalizada mediante a identificação dos imperativos da RSE que atendem aos princípios do PG, segundo os objetivos do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) mostrados no quadro abaixo.

OBJETIVO	
1	Massificação dos seus princípios no País
2	Ampliação da adesão de empresas e organizações brasileiras
3	Apoio às empresas brasileiras para a implantação dos princípios
4	Promoção de troca de experiências e aprendizado dos princípios do PG
5	Exercício das funções de articulador internacional com as demais redes do PG e com o escritório em Nova Iorque
6	Promoção do vínculo entre os princípios do PG e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
7	Assessoramento ao Presidente do CBPG

QUADRO 3 – OBJETIVOS DO COMITÊ BRASILEIRO DO PACTO GLOBAL

FONTE: Elaborado a partir do Pacto Global (2013)

Pacto Global (PG)

D.C.: é uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças

empresariais comprometidas e inovadoras, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, como refletidos em 10 princípios. (INSTITUTO ETHOS, 2013)

D.O.: foi analisada, seguindo as decisões que dizem respeito ao Pacto Global no Brasil e às diretrizes gerais de atuação do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG, 2013)

IMPERATIVOS	INDICADORES	PERGUNTAS
Princípios	Mobilização	A implantação da RSE segundo princípios do PG trouxe solução(ões) para os problemas identificados.
	Aprendizagem	Os funcionários puderam ampliar seus conhecimentos a partir da implantação dos princípios do PG. Os funcionários puderam ampliar suas habilidades (práticas) a partir da implantação dos princípios do PG.
Comunidade	Apropriação	Os funcionários são capazes de explicar e demonstrar a outros como desenvolver, aplicar e manter a RSE segundo princípios do PG. Os funcionários participaram de todo o processo, desde o desenvolvimento da ação até a implantação da RSE.
	Participação	Ocorreu, durante a implantação dos princípios do PG, a participação efetiva (não apenas observando) da comunidade.
	Percepção	As soluções geradas pela implantação dos Princípios do PG são percebidas como positivas e contributivas pela comunidade.
Conhecimento	Assimilação	Parte do conhecimento obtido pelos funcionários, com os Princípios do PG é fruto da experiência prática com a RSE. A prática dos princípios do PG possibilitou aos funcionários adquirir outros conhecimentos além daqueles relacionados à RSE.
Decisão	Democracia	A comunidade e os funcionários participaram ativamente das decisões tomadas em relação à RSE conforme os Princípios do PG. A comunidade e os funcionários foram estimulados a dar sua opinião em toda decisão relacionada à RSE.

QUADRO 4 – IMPERATIVOS DE AVALIAÇÃO DA RSE SEGUNDO PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

continua

conclusão

IMPERATIVOS	INDICADORES	PERGUNTAS
Planejamento	Organização	Todas as ações ligadas à RSE foram planejadas e aplicadas de forma organizada.
	Reaplicação	Os conhecimentos relativos à experiência com a RSE, segundo princípios do PG foram registrados para novas experiências e novos usuários.
Aperfeiçoamento	Melhoria	Com os conhecimentos obtidos os funcionários puderam melhorar ainda mais as práticas de RSE utilizadas.
	Disseminação	Com os conhecimentos obtidos os funcionários encontraram novas soluções de RSE.

FONTE : Elaboração própria

Desenvolvimento sustentável

D.C.: compreende “os caminhos do progresso, que atendam às necessidades e aspirações das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades” (WCED, 1987, p. 2-5,).

D.O.: foi operacionalizado por meio da identificação dos três imperativos (ambiental, econômico e social), que correspondem à dimensão material da sustentabilidade. (ROBINSON; TINKER, 1997).

IMPERATIVOS	INDICADORES	PERGUNTAS
Ambiental	Recursos	<p>As práticas de RSE segundo princípios do PG, trata da utilização de recursos</p> <p>As práticas de RSE segundo princípios do PG permitiu a redução da utilização inadequada de recursos naturais.</p> <p>As práticas de RSE segundo princípios do PG permitiu a redução da utilização de recursos naturais escassos e/ou essenciais ao planeta.</p>
	Produção de Resíduos	<p>A implantação dos princípios do PG, em comparação à não implantação anterior, permitiu reduzir ou eliminar resíduos poluentes.</p> <p>A implantação dos princípios do PG, em comparação à não implantação anterior, possibilita que se gere menos resíduos.</p>
	Destinação de Resíduos	<p>Antes da adesão aos princípios do PG, os resíduos gerados que não possuíam destino adequado, eram acondicionados de modo a evitar o descarte no meio ambiente.</p> <p>Com a implantação dos princípios do PG, os resíduos gerados que não possuem destino adequado, são acondicionados adequadamente evitando o descarte no meio ambiente.</p>
Econômico	Preservação Ambiental	<p>O emprego dos princípios do PG gera algum tipo de prejuízo ao meio ambiente.</p> <p>Com o emprego dos princípios do PG o meio ambiente passou a ser melhor preservado, inclusive substituindo formas prejudiciais ao ambiente, antes empregadas.</p>
	Combate à corrupção	<p>A implantação dos princípios do PG proporciona o combate à corrupção.</p> <p>A implantação dos princípios do PG proporciona o combate à corrupção, na forma de propina.</p> <p>A implantação dos princípios do PG proporciona o combate à corrupção, na forma de extorsão.</p>
Social	Direitos Humanos e Trabalho	<p>Os funcionários têm liberdade de associação.</p> <p>Após implantação dos princípios do PG, toda e qualquer forma de trabalho forçado ou compulsório foi eliminado.</p> <p>Com a adoção dos princípios do PG, pode-se dizer que houve eliminação efetiva do trabalho infantil, na empresa em que você atua.</p> <p>A implantação dos princípios do PG proporcionou redução na discriminação no emprego.</p>

QUADRO 5 – IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FONTE : Elaboração própria

3.3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O projeto foi caracterizado quanto à abordagem por pesquisa quantitativa, que, conforme Creswell (2010), é um meio de testar teorias objetivas examinando a relação entre as variáveis. “Essas variáveis podem ser medidas tipicamente em instrumentos, para que os dados numerados possam ser analisados por meio de procedimentos estatísticos”. (CRESWELL, 2010 p. 272). Essa pesquisa teve como principal objetivo descrever como se caracterizam as relações entre RSE de empresas signatárias do Pacto Global no Estado do Paraná e o Desenvolvimento Sustentável, entre os anos de 2001 e 2012, dessa maneira, o estudo foi classificado como descritivo. Collis e Hussey (2005) explicam que a pesquisa descritiva é a que descreve o comportamento dos fenômenos. “É usada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão”. (COLLIS; HUSSEY, 2005 p. 24).

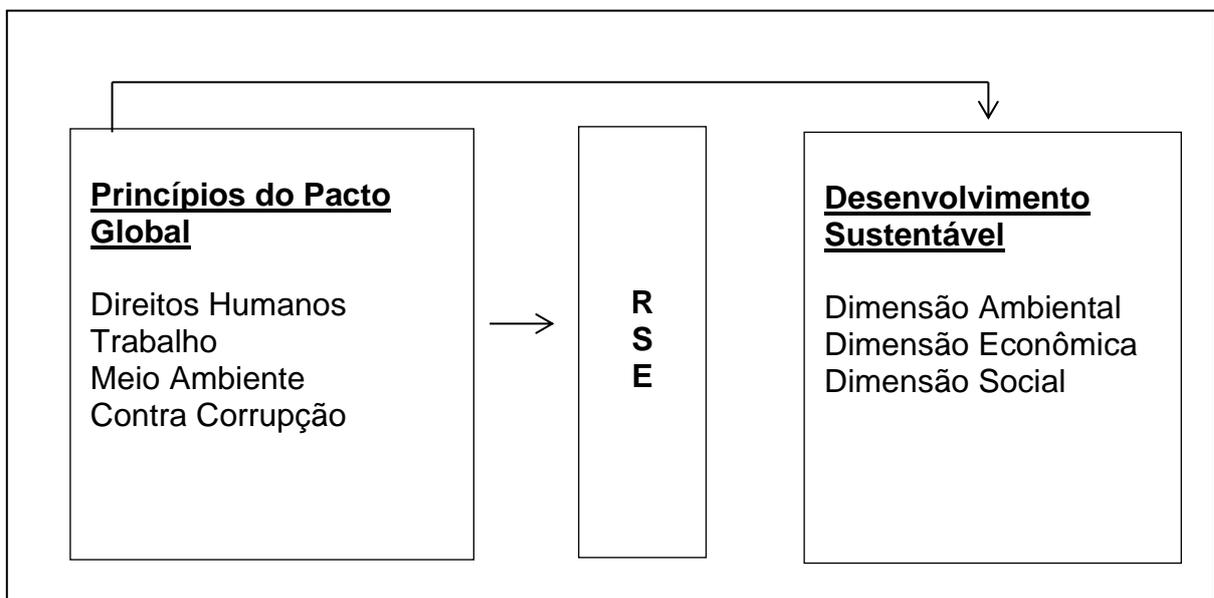


FIGURA 3 - MAPA DA PESQUISA

FONTE : Elaboração própria

A representação da FIGURA 4 esboça as categorias de análise e variáveis envolvidas no problema de pesquisa.

O estudo que se realizou foi um método de levantamento *Survey*, por meio de pesquisa eletrônica, via internet. A pesquisa de levantamento apresenta uma

descrição quantitativa ou numérica das tendências, das atitudes ou das opiniões de uma população (CRESWELL, 2010). O levantamento foi de corte transversal, ou seja, com os dados coletados em um dado momento do tempo. De acordo com Cooper e Schindler (2003), *Survey*, é “uma forma de questionar o respondente, por meio de um conjunto de perguntas e instruções para o respondente” (Op. Cit., p. 616).

Este trabalho adotou a abordagem *Survey*, para descrever quanto as estratégias de Responsabilidade Social Empresarial orientadas pelo Pacto Global influenciam as dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

3.4 DELIMITAÇÃO E *DESIGN* DA PESQUISA

Esse tópico apresenta algumas especificações para a caracterização da pesquisa: tipo do estudo, abordagem e estratégia utilizada na pesquisa e a amostra selecionada para o estudo. Creswell (2010) ressalta a necessidade de estabelecer as fronteiras de interesse da pesquisa na escolha da unidade de análise e, no caso, definiu-se pelo Pacto Global por este ser uma política que, segundo o site do Pacto Global no Brasil, tem gerado resultados positivos na adoção dos princípios, podendo sua análise contribuir para a elaboração de políticas em outras áreas.

3.4.1 Classificação da pesquisa

Em um trabalho, inicialmente, podem ser elencadas especificações que dizem respeito ao nível de estudo envolvido. Para Freitas et al. (2000), o estudo pode ser classificado em três níveis de profundidade: exploratório, quando há necessidade de se conhecer melhor a respeito de um fenômeno pouco conhecido; descritivo, quando se busca identificar quais situações, eventos, atitudes ou opiniões estão manifestos em uma população Triviños (2010); sendo que a pesquisa descritiva tem o intuito de descrever com certa exatidão os fatos e fenômenos envolvidos em uma determinada realidade, podendo também estabelecer relações entre variáveis.; explicativo ou analítico, tendo como objetivo testar uma teoria e as relações causais.

No presente trabalho, adotou-se a pesquisa descritiva, uma vez que esta

permite conhecer os elementos envolvidos na problemática do estudo e descrever a relação entre eles. Assim, possibilita descrever a relação entre as práticas de RSE segundo princípios do PG e o DS.

Posteriormente, pode-se definir uma segunda especificação no que diz respeito ao método adotado no estudo que pode ser dividido em três configurações; quantitativo, qualitativo e quantitativo-qualitativo.

Nesta pesquisa, adotou-se o método quantitativo que, segundo Richardson (1999), é empregado quando se deseja quantificar ou mensurar o fenômeno ou parte desse, ou seja “[...] caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas” (RICHARDSON, 1999, p. 70) e visa a dar suporte ao pesquisador em termos de generalização das inferências sobre o fenômeno em estudo. “É frequentemente aplicado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como, investigam a relação da causalidade entre fenômenos” (RICHARDSON, 1999, p. 70). Desse modo, considerando a especificação do problema de estudo e a representação das categorias da análise, que têm como consequência a mensuração direta de variáveis e a análise de relações entre elas, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa.

Uma terceira especificação se refere ao processo de coleta e análise dos dados. No caso deste estudo, utilizamos pesquisa bibliográfica, documental, e o levantamento por amostragem (*Sample Survey*).

A pesquisa documental foi utilizada para formar a amostra proposital do estudo, caracterizada como amostra não probabilística intencional ou de seleção racional. Em decorrência do emprego de um critério ou característica para a seleção dos elementos componentes da amostra. No caso, em estudo, a característica definida foi que a empresa para ser escolhida deverá fazer parte da economia paranaense.

Após a identificação das empresas signatárias do Pacto Global e que fazem parte da economia do estado do Paraná, foi utilizada a estratégia de levantamento por amostragem (*Sample Survey*) com envio de questionário aos responsáveis pela área de RSE das empresas, para coleta de dados primários e posterior análise.

A estratégia do levantamento amostral pode ainda ganhar outra classificação, a de pesquisa de campo, uma vez que será realizada a coleta de dados exatamente

no local onde o fenômeno ocorreu, apesar de não se ter a presença do pesquisador neste, como é o caso da utilização do questionário (LIMA, 2004). Nesse sentido, foi enviado um questionário via e-mail, diretamente às pessoas envolvidas com a estratégia de RSE.

Na tentativa de abranger o maior número possível de organizações nesta pesquisa, os questionários foram enviados a todas as 385 organizações no período de novembro de 2013 a abril de 2014. Contudo, não houve um número de respostas suficientes para constituir uma amostra significativa em nível Brasil e, por conveniência geográfica, os autores restringiram o estudo às empresas privadas do estado do Paraná, tendo obtido 46 questionários respondidos desse segmento em um total de 47 empresas. Essa estratificação também se justifica pelo fato do Paraná ser classificado como um estado brasileiro com um PIB representativo, estando classificado como o 5o maior em 2011 (IPARDES, 2014).

3.5 ESCOLHA DA AMOSTRA

Com o intuito de realização da pesquisa, foi definida como fonte de dados a United Nations Global Compact, que representa o principal meio de divulgação das empresas signatárias ao Pacto Global no mundo e no país. No Brasil, atualmente existem 584 empresas signatárias como um todo. (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, UNGC, 2012).

3.5.1 Amostra proposital - identificação

Com o intuito de definir a amostra, foi necessário levantar junto à Rede Brasileira do Pacto Global, a lista de organizações signatárias que aderiram ao PG, desde sua anúncio pelo Secretário Geral das Nações Unidas no Fórum Econômico Mundial (Fórum de Davos) na reunião de 31 de janeiro de 1999, e oficialmente lançado em 26 de julho de 2000 no escritório da ONU em Nova Iorque. Portanto, o levantamento foi feito desde o ano 2000 até o ano de 2012. Para tanto, inicialmente, foi realizado o levantamento da lista de todas as organizações signatárias do PG, neste período, tendo sido constatadas 476 organizações, conforme TABELA 1. Destaca-se que, entre as 476 organizações, 91 não comunicaram o progresso da implementação dos Dez Princípios e do engajamento

de parcerias em prol dos objetivos de desenvolvimento da ONU. Anualmente, os participantes do Pacto Global, comunicam seus avanços, por meio do documento COP – Comunicação de Progresso que, segundo o relatório do Pacto Global, é uma comunicação às partes interessadas (consumidores, colaboradores, organizações de trabalho, acionistas, mídia, governo, dentre outros) - sobre o progresso alcançado pela empresa na implementação do Pacto Global em suas atividades. O documento COP deve incluir uma descrição das ações e dos resultados alcançados. Os questionários desta pesquisa foram enviados entre novembro de 2013 à fevereiro de 2014. O ano de 2013 não pôde ser analisado, uma vez que, as organizações que aderiram naquele ano, não tiveram tempo hábil para obter resultados e publicar o relatório. Excluindo as 91 organizações não ativas, conforme apresentado na TABELA 1, restaram, apenas trezentos e noventa e duas (385) organizações aptas para a análise no Brasil.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COM BASE NA ATIVIDADE

Ano	Adesão				Válidas		
	Ativa	%	Não Ativa	%	Total	f	%
2000	2	100,00	0	0,00	2	2	0,51
2001	2	66,67	1	33,33	3	2	0,51
2002	1	100,00	0	0,00	1	1	0,26
2003	22	95,65	1	4,35	23	22	5,71
2004	21	91,30	2	8,69	23	21	5,45
2005	13	86,67	2	13,33	15	13	3,37
2006	18	94,74	1	5,26	19	18	4,67
2007	33	80,49	8	19,51	41	33	8,57
2008	50	87,72	7	12,28	57	50	12,98
2009	38	88,37	5	11,62	43	38	9,87
2010	41	82,00	9	18,00	50	41	10,64
2011	58	67,44	28	32,55	86	58	15,06
2012	86	76,10	27	23,89	113	86	22,33
Total	385	80,88	91	19,11	476	385	100,00

FONTE: Elaborado conforme PACTO GLOBAL (2013)

Por meio do levantamento foi possível constatar os seguintes aspectos: 1) ao longo dos anos, a adesão foi sendo mais representativa, passando de duas (2) adesões em 2000 para cento e quinze (113) em 2012, representando 23,74% em relação ao total de signatárias do período estudado. Acredita-se que esse acréscimo

seja consequência de engajamento e divulgação do Pacto Global pela Rede Brasileira do Pacto Global (RBPG) realizada pelo Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) que tem como finalidade fortalecer a agenda da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil. 2) a partir de 2007, a elevação de adesão por parte das organizações foi mais expressiva. Supõe-se que esse fato esteja relacionado à significativa participação da Rede Brasileira do Pacto Global, em 2007, no segundo *UN Global Compact Leaders Summit*, em Genebra, que desencadeou em alguns pontos a serem alcançados que são: massificação de seus princípios no Brasil; ampliação da adesão de empresas e organizações brasileiras; apoio às empresas para a implementação de tais princípios; incentivo à troca de experiências e aprendizados; articulação internacional com as demais redes do Pacto Global, bem como com o escritório em Nova Iorque; promoção do vínculo entre os princípios do Pacto Global e os ODM (Objetivos do Milênio); assessoria à diretoria do CBPG. (PACTO GLOBAL, 2012).

No que tange à efetividade e integridade da adesão por parte das organizações, do total, 19,11% não enviaram o relatório de comunicação de progresso; portanto, aderiram ao Pacto Global, porém, não estão ativas, sendo excluídas da análise. Na TABELA 2, está a relação de organizações não ativas, separadas por estado.

TABELA 2 - RELAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO ATIVAS POR ESTADO

Estado	Não Ativas	%
Amapá	1	1,10
Mato Grosso	1	1,10
Paraíba	1	1,10
Goiás	2	2,20
Rio Grande do Sul	2	2,20
Bahia	3	3,30
Ceará	3	3,30
Pernambuco	4	4,40
Santa Catarina	4	4,40
Minas Gerais	5	5,49
Rio de Janeiro	11	12,09
Paraná	22	24,18
São Paulo	32	35,16
Total	91	100,00

FONTE: Elaborado conforme PACTO GLOBAL (2013)

Na TABELA 2, percebe-se que, em relação ao total de organizações não ativas, os estados do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo têm maior representatividade, 12,09%, 24,18% e 35,16%, respectivamente. Em razão da representatividade, do total de 392 organizações ativas no Brasil, foram selecionadas dentre aquelas, as empresas ativas no estado do Paraná, que representaram 47 empresas ao todo.

3.5.2 Cálculo da amostra

Após identificado o universo e determinada a amostra proposital, foi calculada a amostra mínima, com base nas 47 empresas privadas ativas do estado do Paraná, entre os anos 2000 a 2012, e um erro de 5%. O cálculo da amostra assinalou o número total de 42 empresas privadas que fazem parte da amostra por adesão e que representam 89,49% da amostra proposital, podendo ser verificado o cálculo na TABELA 3.

Fórmula para cálculo do tamanho mínimo da amostra, segundo Barbetta (2013, p. 58):

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad n = \frac{Nn_0}{N+n_0}$$

TABELA 3 – TAMANHO MÍNIMO DA AMOSTRA

Indicador	Definição	Quantidade
N	Tamanho da população	47
n ₀	1a aproximação da amostra	400
E ⁰	Erro amostral	0,05
n	Amostra mínima	42

FONTE: Elaborado conforme PACTO GLOBAL (2013)

A distinção entre a amostra proposital e por adesão deve ser esclarecida. A amostra proposital é definida assim, em decorrência das necessidades pré-estabelecidas para adequação ao trabalho, ou seja, a amostra deveria ser constituída por empresas privadas que adotaram os Princípios do Pacto Global como ações de Responsabilidade Social Empresarial e estas deveriam estar

localizadas no estado do Paraná e ativas, sendo retiradas de um universo de 476 organizações no Brasil que aderiam entre os anos de 2000 à 2012, resultando em 47 empresas privadas válidas. A amostra por adesão foi assim denominada em razão da ação do responsável pela área de Responsabilidade Social Empresarial aderir ou não à pesquisa e foi retirada da amostra proposital de 47 empresas privadas, que em decorrência do cálculo da amostra deveria ser de, no mínimo, 42 empresas privadas.

Em resumo, a amostra deste estudo se caracterizou pelo tipo não probabilístico por adesão, limitando-se a uma amostra de 46 empresas privadas ativas participantes, que aderiram à pesquisa voluntariamente, conforme a concordância de participação no estudo. Neste trabalho não foi possível assegurar que todos os elementos tivessem suas probabilidades conhecidas e diferentes de zero, não sendo possível a participação de toda a amostra, mesmo o retorno dos questionários ir além da quantidade mínima calculada.

3.5.3 Amostra por adesão

Os questionários foram coletados no período de 09 de novembro de 2013 à 27 de fevereiro de 2014, tendo sido enviados ao todo, 47 questionários aos responsáveis pelas áreas de Responsabilidade Social Empresarial de cada empresa no estado do Paraná.

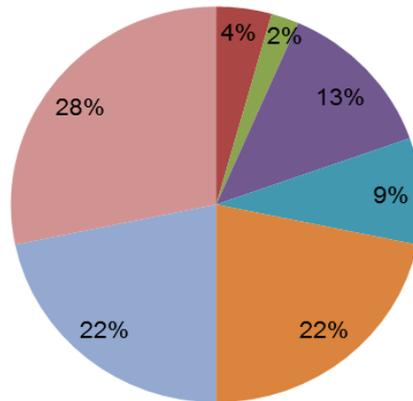
Após os cento e um dias, houve um retorno de 46 questionários, sendo superior em 9,1% ou 4 questionários, ao mínimo calculado. Inicialmente a amostra por adesão correspondeu a 91,8% da amostra proposital e a distribuição ao longo do tempo.

Com o retorno de 46 questionários, a amostra por adesão representou ainda 9,8% das Organizações do universo. A resposta dos questionários pelas empresas ativas do estado do Paraná foi satisfatória, tendo uma participação de 100% em quase todos os anos.

Levando em consideração a distribuição anual da amostra por adesão, GRÁFICO 1, houve as seguintes alterações ao longo do tempo: percebe-se um aumento da participação das empresas ao longo do tempo, passando de 0% em 2001 para 28,3% em 2012. Acredita-se que, essa maior participação e

comprometimento é decorrente da intensificação da divulgação do Pacto Global no Brasil pelo Comitê brasileiro do Pacto Global.

Amostra por Adesão



Ano	f	%
2001	0	0,0
2003	2	4,3
2004	1	2,2
2008	6	13,0
2009	4	8,7
2010	10	21,7
2011	10	21,7
2012	13	28,3
Total	46	100

GRÁFICO 1– PERCENTUAL DA AMOSTRA POR ADESÃO

FONTE: Elaborado conforme PACTO GLOBAL (2013)

Percebe-se que não houve alterações significativas entre a amostra proposital e a por adesão.

3.5.4 Organizações que aderiram ao pacto global

Nesta seção, serão expostas as análises realizadas relativas às organizações que aderiram ao Pacto Global, tendo como objetivo caracterizá-las de acordo com os aspectos de tipos de organizações.

Na TABELA 4, indica-se a distribuição das organizações que aderiram ao Pacto Global de 2000 à 2012 no Brasil: associações (14,7%), cooperativas (6,5%), empresas mistas (1,3%), empresas privadas (61%), ONGs (8,8%), organizações públicas (5,8%) e sindicatos (1,5%).

TABELA 4 - TIPOS DE ORGANIZAÇÕES QUE ADERIRAM AO PACTO GLOBAL NO BRASIL

Tipo de Organização	f	%	fa	%	fnc	%
Associação	70	14,7	70	100,0	0	0,0
Cooperativa	31	6,5	24	77,4	7	22,6
Empresa Mista	6	1,3	6	100,0	0	0,0
Empresa Privada	292	61,0	217	74,3	75	25,7
ONG	42	8,8	42	100,0	0	0,0
Organização Pública	28	5,8	24	85,7	4	14,3
Sindicato	7	1,5	6	85,7	1	14,3
Total	476	100,0	392	81,8	87	18,2

FONTE: Elaborado conforme PACTO GLOBAL (2013)

No Brasil, entre 2000 e 2012 aderiram ao PG 217 empresas privadas e estão ativas.

Segundo o sitio do Pacto Global,

Empresas participantes do Pacto Global da ONU têm um compromisso de implementar os 10 Princípios do Pacto Global em suas estratégias de negócio e suas operações diárias. Ao mesmo tempo, as empresas são solicitadas a publicar anualmente uma Comunicação de Progresso (COP), a divulgação pública às partes interessadas (por exemplo, investidores, consumidores, sociedade civil, governos, etc.) sobre os progressos realizados na implementação dos dez princípios do Pacto Global, e no apoio a outros objetivos de desenvolvimento da ONU. (PACTO GLOBAL, 2013)

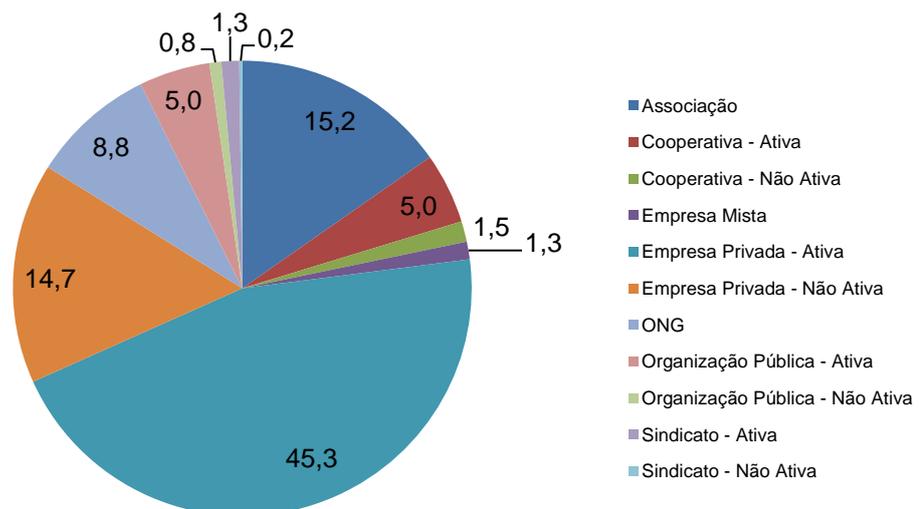


GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES ATIVAS E NÃO ATIVAS NO BRASIL

FONTE: Elaborado conforme PACTO GLOBAL (2013)

Considerando o enquadramento setorial das organizações e a representatividade no montante, conforme pode ser observado no GRÁFICO 2, as empresas privadas ativas correspondem a 45,3% do total de organizações que aderiram ao Pacto Global, portanto percebe-se sua influência e representatividade.

Como o objeto deste estudo são as empresas que aderiram ao PG no estado do Paraná, observa-se, na TABELA 5, a estratificação por tipo de organização no estado. De um total de 111 organizações, 91 ativas e 20 não ativas, 61 são empresas privadas, sendo 47 empresas privadas ativas e 14 empresas privadas não-ativas.

TABELA 5 - TIPOS DE ORGANIZAÇÕES QUE ADERIRAM AO PACTO GLOBAL NO ESTADO DO PARANÁ

Tipo de Organização	f	%	fa	%	fnc	%
Associação	22	19,8	22	100,0	0	0,0
Cooperativa	4	3,6	2	50,0	2	50,0
Empresa Privada	61	55,0	47	77,0	14	23,0
ONG	11	9,9	11	100,0	0	0,0
Organização Pública	9	8,1	6	66,7	3	33,3
Sindicato	4	3,6	3	75,0	1	25,0
Total	111	100	91	82,0	20	18,0

FONTE: Elaborado conforme PACTO GLOBAL (2013)

Pode-se agrupar as empresas privadas ativas do estado do Paraná, que fazem parte da amostra proposital desta pesquisa, e que representam os seguintes setores conforme TABELA 6.

TABELA 6 - EMPRESAS PRIVADAS ATIVAS NO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO O SETOR

Setor	f	%
Alimentos	7	14,9
Construção	4	8,5
Consultoria	2	4,3
Educação	11	23,4
Embalagens	1	2,1
Energia	4	8,5
Engenharia	2	4,3
Publicidade	2	4,3
Química	3	6,4
Reciclagem	1	2,1
Reflorestamento	1	2,1
Serviços Médicos	1	2,1
Serviços Odontológicos	1	2,1
Siderurgia	1	2,1
Tecnologia	5	10,6
Transporte	1	2,1
Total	47	100,0

FONTE: Elaborado conforme PACTO GLOBAL (2013)

Ainda considerando o enquadramento setorial das empresas privadas, percebe-se que os setores de educação 23,4%, alimentos 14,9%, tecnologia 10,6%, energia 8,5% e construção 8,5% são os que representam maior percentual de participação no total da amostra, ficando os outros setores abaixo de 7%.

Portanto, percebe-se que as empresas privadas têm importante participação em todo o processo de implementação dos Princípios do Pacto Global, sendo estas representativas nas ações para um DS.

3.6 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionário junto aos responsáveis pela implantação da estratégia de RSE, segundo princípios do Pacto Global, nas empresas. O questionário foi enviado por e-mail.

3.6.1 Elaboração do instrumento de coleta de dados

Um questionário foi elaborado APÊNDICE 1 como instrumento escolhido para

a coleta de dados. Este consiste em uma das formas de levantamento mais utilizadas e tem como vantagem a possibilidade de medir com melhor exatidão dentro da perspectiva quantitativa, o que se deseja. (CERVO; BERVIAN, 2002).

A elaboração do questionário teve como base a teoria elencada neste trabalho e no problema de pesquisa definido, totalizando 31 questões divididas em grupos que atendem à identificação dos três imperativos do desenvolvimento sustentável descritos por Robinson e Tinker (1997) (ambiental, econômico e social) baseando-se na identificação dos Princípios do Pacto Global. Este questionário foi elaborado para atender aos construtos parâmetros da RSE, segundo princípios do PG elencados no QUADRO 4 e os critérios do DS conforme QUADRO 5.

Os respondentes tiveram como possibilidade de resposta a escala de Likert, de sete pontos para o preenchimento das questões, com o intuito de mensurar o grau de concordância ou não do respondente em relação às afirmativas expostas, variando do grau 1 ao grau 7: 1 - Discordo totalmente (DT); 2 - Discordo em grande parte (DGP); 3 - Discordo em parte (DP); 4 - Nem discordo e nem concordo (NCND); 5 - Concordo em parte (CP); 6 - Concordo em grande parte (CGP); 7 - Concordo totalmente (CT). Ainda segundo Diogenes (2013), considerando que o questionamento não se aplicava à situação específica, o respondente terá à sua disposição a alternativa “não se aplica” (NA) como resposta.

Essa escala denominada Likert, é empregada em estudos de caráter quantitativo, pois segundo Collis e Hussey (2005) é um recurso versátil, por ser fácil e rápido de responder e por permitir, em pouco espaço, a obtenção de várias respostas para afirmações diferentes. Por outro lado, também é simples de codificar e analisar, permitindo um melhor tratamento dos dados. Todavia, as questões devem ser cuidadosamente elaboradas, para que não haja um entendimento equivocado do respondente.

3.6.2 Recorte temporal dos dados

Neste trabalho, adotou-se o corte transversal, pois o levantamento (*Sample Survey*) foi realizado uma única vez. Segundo Richardson (1999), nos casos em que envolve processos de mudança, pode ser considerado um levantamento de corte transversal próximo ao plano longitudinal, uma vez que envolve fatos do passado e

processos de mudança.

Dessa forma, o corte transversal se adequa perfeitamente a esta pesquisa, uma vez, que buscou-se identificar a relação entre a Responsabilidade Social Empresarial, conforme princípios do Pacto Global e o Desenvolvimento Sustentável, fazendo-se necessária uma análise temporal, considerando passado e presente.

3.6.3 Análise e tratamento dos dados

O tratamento e análise dos dados que se realizou foi como já mencionado, uma análise quantitativa, utilizando o software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, por meio das técnicas abordadas a seguir.

Inicialmente, para testar a confiabilidade da escala utilizada, foi empregado o teste Alfa de Cronbach e para analisar a posição e dispersão dos indicadores e imperativos foi empregado média, desvio padrão, assimetria e curtose. Os testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk utilizados para avaliar a normalidade dos dados e o coeficiente de Spearman com a finalidade de constatar a correlação entre os indicadores e imperativos. Por fim, com o intuito de averiguar o equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento sustentável, aplicado o teste de Wilcoxon, além de análises gráficas.

3.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Todo método de pesquisa, seja ele qualitativo ou quantitativo, apesar da constante busca pelo rigor metodológico, pode incorrer em limitações decorrentes da estratégia de pesquisa utilizada, do instrumento de coleta e da análise dos dados. Para Creswell (2010), o pesquisador participa da interpretação dos dados e pode fazê-lo mediante uma perspectiva pessoal, podendo ser incorporado ao estudo uma contaminação do próprio pesquisador, assim como é difícil a total eliminação de viés nas respostas dadas pelos entrevistados. Para tanto, atenção especial deve ser dada a critérios de validade e confiabilidade no estudo.

Dessa forma, além do viés do pesquisador, na pesquisa aqui realizada, um outro aspecto limitante que pode ser percebido refere-se à escolha de uma pesquisa *Survey* e os resultados dependerem do retorno da pesquisa pelos entrevistados.

Contudo, as limitações apresentadas não descaracterizam a relevância da pesquisa, uma vez que, os critérios metodológicos empregados foram aqueles que se mostraram mais adequados aos objetivos propostos por esta pesquisa, exigindo apenas o cuidado de observar essas especificidades apresentadas pela metodologia adotada.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentadas e analisadas as informações contidas nos questionários recebidos de participantes na Responsabilidade Social Empresarial das empresas estudadas. Com base na metodologia definida neste trabalho, a apresentação dos resultados será subdividida da seguinte forma: identificação da amostra proposital, cálculo da amostra, caracterização da amostra por adesão, caracterização dos ajustes realizados, caracterização das organizações envolvidas no Pacto Global, análise de confiabilidade, análise da posição e dispersão dos construtos, análise da normalidade, análise das correlações e análise do equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental.

4.1 ANÁLISES DOS DADOS

Nesta seção, são descritos e analisados os dados colhidos por meio da aplicação de questionário junto aos responsáveis pelas ações de RSE segundo princípios do Pacto Global.

4.1.1 Confiabilidade – Alfa de Cronbach

A aplicação do teste de confiabilidade ou fidedignidade, tem como finalidade garantir a estabilidade dos resultados, sendo desejável que eles sejam o mais consistente possível. Para o estudo, foi empregado o Alfa de Cronbach que, segundo Cronbach *et al.* (1972), é muitas vezes referido como o principal estimador de confiabilidade, porém não sendo o único. O estimador de confiabilidade a ser utilizado depende dos fatores particulares geradores de erros que o pesquisador busca identificar (CRONBACH *et al.*, 1972).

Segundo Cortina (1993), o coeficiente Alfa de Cronbach é certamente uma das ferramentas estatísticas mais importantes e difundidas em pesquisas, envolvendo a construção de testes e sua aplicação.

Neste trabalho, conforme (QUADRO 3), foram definidos imperativos que se referem à RSE, segundo os princípios do Pacto Global – princípios, comunidade, conhecimento, decisão, planejamento e aperfeiçoamento – e ao Desenvolvimento

Sustentável mediante as dimensões, ambiental, econômica e social.

Imperativos	Indicadores
Princípios	Mobilização
Comunidade	Aprendizagem Apropriação Participação Percepção
Conhecimento	Assimilação
Decisão	Democracia
Planejamento	Organização
Aperfeiçoamento	Reaplicação Melhoria Disseminação
Ambiental	Emprego de Recursos Produção de Resíduos Destinação dos Resíduos Preservação Ambiental
Econômico	Combate à corrupção
Social	Direitos Humanos e Trabalho

QUADRO 6 – IMPERATIVOS E INDICADORES

4.1.1.1 Análise da Confiabilidade dos Construtos – Alfa de Cronbach

Para análise da confiabilidade dos imperativos, foi aplicado o método Alfa de Cronbach para avaliação da escala de fatores motivacionais. Segundo Hair *et al.* (2005), para obter o alfa de Cronbach, “calcula-se a média dos coeficientes de todas as combinações possíveis das metades divididas” (p. 200). O valor pode variar de 0 a 1. Se o Alfa for maior que 0,7 indica um nível aceitável de confiabilidade, ou seja, “os respondentes estão respondendo as perguntas de maneira coerente”. Para Streiner (2003), no teste de Alfa Cronbach o valor mínimo aceitável, é 0,70; valores abaixo significam que a consistência interna da escala utilizada é considerada baixa. Para valores acima de 0,90, considera-se que há redundância ou duplicação, ou seja, vários itens estão medindo exatamente o mesmo elemento de um constructo; portanto, os itens redundantes devem ser eliminados. Valores entre 0,8 e 0,9 são mais confiáveis (STREINER, 2003).

O valor de Alfa de Cronbach não pôde ser aplicado para dois imperativos da RSE, que são a Princípios e o Planejamento, pois o Alfa de Cronbach só pode ser

calculado quando um imperativo é composto por mais de uma variável (pergunta), logo, nesses 2 casos, como eles se baseiam numa única pergunta, não se pode calcular o alfa do imperativo. Em todos os outros imperativos que puderam ser analisados e submetidos ao teste de Alfa de Cronbach, os resultados indicam que são válidos, conforme TABELA 7. Os imperativos ficaram entre 0,7 e 0,9. A maioria ficou entre 0,8 e 0,9, conforme Streiner (2003) afirmou que são mais confiáveis. Apenas a dimensão social ficou abaixo da faixa de 0,8 – 0,9. Dos imperativos analisados, o Princípios e o Econômico ficaram com 0,93, a Dimensão Ambiental com 0,91, a Decisão e o Aperfeiçoamento com 0,87, o Conhecimento com 0,81 e, por fim, a Dimensão Social com 0,70.

TABELA 7 – TESTE DE ALFA DE CRONBACH (CONFIABILIDADE)

Construto	Alfa de Cronbach	Número de Itens	Casos Válidos	Casos Excluídos
Comunidade	0,93	6	46	0
Princípios	Inexistente	1	46	0
Conhecimento	0,81	2	46	0
Decisão	0,87	2	46	0
Planejamento	Inexistente	1	46	0
Aperfeiçoamento	0,87	3	46	0
Ambiental	0,91	9	46	0
Econômico	0,93	3	46	0
Social	0,70	4	46	0

4.1.2 Imperativos Teóricos, Análise de Posição e Dispersão

No que tange à análise dos imperativos apresentados no (QUADRO 3), analisa-se a posição dos indicadores dos imperativos, bem como a dispersão. A posição é analisada por meio da média e frequência e a dispersão do desvio padrão, da assimetria e curtose.

Para se obter uma ideia do comportamento dos dados analisados, são utilizadas medidas de dispersão que permitem medir a variabilidade dos dados em estudo, sendo que, a média concebe um resumo dos dados, ou segundo Milone (2004), pode ser definida com o centro de massa ou ponto de equilíbrio dos dados (MILONE, 2004). A média é considerada um indicador relevante quando há uma boa concentração dos dados em escores semelhantes. Para Field (2009), quando não

há concentração dos dados é aconselhável a utilização do desvio padrão como complemento de análise à média, este consiste em uma medida de quão bem a média representa os dados. Para Freitas (2012), o desvio padrão é uma medida de dispersão que permite verificar o quanto os dados estão dispersos do ponto de equilíbrio, ou seja, da média, torna-se uma medida de dispersão muito útil para se descrever a variação observada nos valores de um conjunto e informar a homogeneidade de tal conjunto.

Segundo Freitas (p. 167, 2012), “a frequência ou distribuição da frequência permite ter uma visualização da distribuição das respostas do conjunto de dados em cada escore possível e quando da existência de valores fora do limite.” A distribuição de frequência permite a demonstração de um agrupamento de dados resumidos dividida em classes mutuamente exclusivas e o número de ocorrências de uma classe, podendo mostrar valores fora do limite, identificando a quantidade de *missings* existentes.

A assimetria e a curtose apresentam a forma, o arranjo e a posição relativa dos dados. Assimetria, diz respeito à forma em que os dados se apresentam na curva e a curtose é o grau de achatamento de uma curva de distribuição de frequência. Segundo Milone (2004), a assimetria e a curtose dizem respeito à forma, ao arranjo e à posição relativa dos dados e podem auxiliar no entendimento da natureza da distribuição destes.

4.1.2.1 Análise de Posição e Dispersão dos indicadores da Responsabilidade Social Empresarial

Os resultados relacionados aos indicadores da Responsabilidade Social Empresarial, podem ser observados na TABELA 8.

TABELA 8 – RESULTADOS DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS INDICADORES DOS CONTRUTOS DA RSE

Indicadores	Mín.	Máx.	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
Aprendizagem	3	7	5,64	0,889	-0,364	0,266
Apropriação	1	7	4,59	1,245	-1,051	1,073
Participação	1	7	4,59	1,906	-0,928	-0,230
Percepção	2	7	5,12	1,005	-0,538	0,697
Mobilização	3	7	5,77	0,972	-0,810	0,507
Assimilação	1	7	5,56	1,241	-1,169	2,084
Democracia	1	7	4,58	1,529	-0,495	-0,538
Organização	2	7	5,55	1,486	-1,252	0,875
Reaplicação	1	7	5,42	1,220	-1,123	2,531
Melhoria	1	7	5,50	1,267	-1,330	2,550
Disseminação	3	7	5,11	1,205	-0,061	-0,632

No que tange à média, percebe-se que os valores variam entre 4 e 6, tendo a maior média o indicador de mobilização com 5,77, seguido de aprendizagem com 5,64 e organização com 5,55. Já, as menores médias foram os indicadores de democracia 4,58, apropriação e participação com 4,59 e disseminação com 5,11. No que diz respeito ao desvio padrão, os maiores desvios são a participação 1,906, seguido de democracia 1,529 e conhecimento 1,486. Os menores desvios foram a aprendizagem 0,889, a mobilização com 0,972 e a percepção com 1,005.

Ainda na TABELA 8, percebe-se que a assimetria dos indicadores da RSE é negativa, na sua maioria moderada a elevada, tendo apenas a disseminação uma assimetria negativa e pequena. Quanto à curtose, os valores variaram de -0,230 à 2,55, indicando que os indicadores não seguem uma única distribuição. A média geral dos indicadores foi 5,74. Levando em consideração a escala de Likert de 7 pontos, o valor da média é considerado elevado. De maneira geral, os indicadores da RSE não apresentam uma distribuição harmônica, tanto na forma quanto na posição relativa dos dados.

Levando-se em consideração as maiores e menores médias, bem como os maiores e menores desvios padrão, foi possível estabelecer as seguintes constatações: primeira, no que tange as maiores médias, a aprendizagem 5,64 e a mobilização 5,77 obtiveram desvio padrão menor que 1(um), 0,889 e 0,972 respectivamente, indicando que tem-se dado destaque à aprendizagem, reflexo da alta média obtida e baixa variação dos resultados, e reforçado pela alta média do indicador de conhecimento 5,56. Porém, quando se analisa os princípios, apenas o

indicador de aprendizagem, tem desvio padrão menor que 1, a apropriação, a participação e a percepção dão ideia da complexidade de se envolver efetivamente a comunidade nas experiências e é um fator a ser aprimorado e trabalhado. O indicador de mobilização 5,77 e um desvio padrão de 0,972, corrobora com os esforços do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG), percebido como consequência do engajamento e divulgação do Pacto Global pela Rede Brasileira do Pacto Global (RBPG), que tem como finalidade fortalecer a agenda da responsabilidade social empresarial e do Pacto Global no Brasil.

Uma segunda constatação pode ser explanada e se refere à ampliação de escala, que apesar de obter médias acima de 5, nos indicadores de reaplicação, melhoria e disseminação, apresentam um desvio padrão acima de 1, o que denota um espaço para melhoria dessa ampliação e metodologia.

Pode-se fazer uma terceira constatação em relação aos indicadores da RSE, de maneira geral a aprendizagem e a mobilização têm sido privilegiados nas práticas de RSE segundo os princípios do Pacto Global, e configuram os aspectos mais corroborados (alta média e baixo desvio padrão) em relação aos demais indicadores.

Assim, foi possível constatar que as práticas de RSE, segundo princípios do Pacto Global, analisadas em sua essência, prestigiam a aprendizagem, porém, não conseguem bons resultados na apropriação, participação e percepção, além de corroborar com os esforços de mobilização do CBPG.

4.1.2.2 Análise de Posição e Dispersão dos indicadores dos Imperativos do

Desenvolvimento Sustentável – Dimensões Ambiental, Econômica e Social

No que diz respeito aos resultados relacionados aos indicadores do Desenvolvimento Sustentável, conforme TABELA 9, podem ser observados.

TABELA 1 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – DIMENSÕES AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL

Indicadores	Mín.	Máx.	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
Emprego de Recursos	2	7	5,79	0,95	-0,854	1,523
Produção de Resíduos	2	7	5,51	1,00	-0,904	2,530
Destinação dos Resíduos	1	7	5,27	1,76	-1,452	2,602
Preservação Ambiental	1	7	3,80	1,44	0,661	1,090
Combate à Corrupção	1	7	5,66	1,42	-1,076	1,315
Direitos Humanos e Trabalho	1	7	5,40	1,87	-1,355	1,883

O imperativo dimensão ambiental representado pelos indicadores, emprego de recursos, produção de resíduos, destinação de resíduos e preservação ambiental, apresentou os seguintes aspectos iniciais: no que tange à média, percebe-se que os valores variam de 3 à 6, tendo a maior média o indicador de emprego de recursos 5,79, seguido da produção de resíduos 5,51. As menores médias foram os indicadores de preservação ambiental 3,80 e destinação de resíduos 5,27. No que diz respeito ao desvio padrão, os maiores desvios são a destinação de resíduos 1,76, seguido de preservação ambiental 1,44. Os menores desvios foram o emprego de recursos 0,95 e a produção de resíduos 1,00.

A assimetria foi negativa para a maioria dos indicadores, apenas o indicador preservação ambiental apresentou assimetria positiva, representando uma maior concentração de valores de respostas em valores moderado à elevado e uma pequena cauda positiva com resposta de valor de assimetria positiva moderada. Quanto à curtose, todos os indicadores são positivos, indicando uma distribuição concentrada. A média geral do construto foi de 5,09. Levando em consideração a escala de Likert de 7 pontos, o valor da média é considerado elevado, acima de 5. De maneira geral, os elementos da dimensão social, não apresentaram uma distribuição harmônica na forma, porém na posição relativa apresentou distribuição mais harmônica.

Levando-se em consideração as maiores (acima de 5) e menores médias (abaixo de 5), bem como os maiores (acima de 1) e menores (abaixo de 1) desvios padrão, foi possível estabelecer as seguintes constatações: inicialmente, no que se refere às maiores médias, o emprego de recursos e a produção de resíduos 5,51, obtiveram desvio padrão menor ou igual a 1 (um), 0,95 e 1,00, respectivamente, indicando que tem-se dado destaque às ações voltadas para a produção e emprego

de recursos, reflexo da alta média obtida e baixa variação dos resultados.

Pode-se fazer uma segunda explanação em relação aos indicadores do desenvolvimento sustentável e se refere à destinação de resíduos 5,27 e a preservação ambiental 3,80, ambos obtiveram desvio padrão maior que 1 (um), 1,76 e 1,44 respectivamente, o que indica que as ações voltadas para a destinação de resíduos e preservação ambiental denota espaço para melhoria e devem ser melhor trabalhadas.

Já, o imperativo da dimensão econômica representado pelo indicador combate à corrupção, apresentou média 5,66 e desvio padrão 1,42.

A assimetria foi negativa para o indicador de combate à corrupção -1,076 representando uma assimetria negativa elevada. Quanto ao resultado da curtose do indicador de combate à corrupção 1,315, o resultado foi positivo e maior que 0,263, indicando uma curva menos concentrada. Considerando a escala de Likert de 7 pontos, o valor da média foi elevado.

Considerando valores maiores (acima de 5) e menores (abaixo de 5) médias, bem como, maiores (acima de 1) e menores (abaixo de 1) desvios padrão, foi possível fazer a constatação de que o indicador de combate à corrupção obteve média elevada 5,66, porém, um elevado desvio padrão que caracteriza espaço para melhoria e deve ser melhor trabalhada.

E, por fim, o imperativo da dimensão social aqui representado pelo indicador direitos humanos e trabalho, apresentou média 5,40 e desvio padrão 1,87.

A assimetria foi negativa para o indicador de direitos humanos e trabalho - 1,355 representando uma assimetria negativa elevada. Quanto à curtose do indicador de direitos humanos e trabalho 1,883 o resultado foi positivo e maior que 0,263, indicando uma curva negativa concentrada. Levando em consideração a escala Likert de 7 pontos, o valor da média foi elevado.

Ainda considerando as maiores (acima de 5) e as menores (abaixo de 6) médias, assim como os menores (abaixo de 1) e os maiores (acima de 1) desvios padrão, pode-se constatar que o indicador de direitos humanos e trabalho obteve média elevada 5,40, porém, um desvio padrão elevado, podendo constatar espaço para melhorias no quesito social.

4.1.3 Análise de Posição e Dispersão dos Imperativos

Nesta seção, são apresentados os resultados referentes à análise de posição e dispersão dos imperativos, mediante a consolidação dos respectivos indicadores em cada conjunto.

4.1.3.1 Análise de Posição e Dispersão dos Imperativos da RSE

Os resultados relacionados aos imperativos da RSE, podem ser observados na TABELA 10.

Constata-se que os valores da média variam entre 4 e 6, tendo as maiores médias os imperativos, mobilização 5,77, conhecimento 5,56 e planejamento 5,55. Já, as menores médias foram apresentadas pelos construtos: decisão 4,58, comunidade 5,03 e aperfeiçoamento 5,34. No que diz respeito ao desvio padrão, os maiores desvios, acima de 1 são a decisão 1,53, o planejamento 1,49, a comunidade 1,31 e o aperfeiçoamento 1,23 e os menores valores abaixo de 1 ficou apenas com o imperativo princípios 0,97.

Ainda na TABELA 10, nota-se que a assimetria dos imperativos da RSE é negativa, prevalecendo de moderada a elevada. Quanto à curtose, os valores variam de -0,538 à 2,084, indicando que os indicadores não seguem uma única distribuição. A média qual dos indicadores não seguem uma única distribuição.

Considerando a escala likert de 7 pontos, o valor da média é alta. De maneira geral, os imperativos da RSE não apresentam uma distribuição harmônica, tanto na forma, quanto na posição relativa dos dados.

Levando-se em consideração as médias e desvios padrão, foi possível estabelecer as seguintes constatações: inicialmente, no que tange às maiores médias, apenas os princípios 5,77, obteve desvio padrão menor que 1 (um), indicando que tem-se dado destaque, dentre os imperativos da RSE o princípio, corroborando com o resultado dos indicadores mobilização que conforme explanado no item 4.10.1, reflexo da alta média obtida e baixa variação dos resultados. Quando se analisa os demais imperativos, apenas a decisão fica abaixo da média 5, com 4,58 e o restante, apesar de possuírem média maior que 5, possuem desvio padrão maior que 1 (um), o que denota espaço para melhoria nesses imperativos ,

explicação para tal fato, pode estar relacionada às deficiências no processo de construção social, envolvidos na implementação da RSE, segundo princípios do Pacto Global, que acaba não priorizando a participação dos usuários, em especial, na etapa de implementação dos princípios do Pacto Global. Considerando que a escolha das ações é um processo e que denota a ausência de atores principais no desenvolvimento das ações que dizem respeito à implementação dos princípios do Pacto Global e compromete a busca por soluções que efetivamente atendam a suas reais necessidades e, conseqüentemente, na capacidade da solução em promover a transformação social da comunidade atendida.

Ainda em relação aos valores discrepantes, vale ressaltar a comunidade com média 5,03 e desvio padrão 1,31, o planejamento 5,55 e 1,49 e o aperfeiçoamento 5,34 e 1,23 indicam possibilidade de melhoria no que tange à comunidade e conhecimento sobre a RSE, conforme princípios do Pacto Global. Indicando que há deficiência na organização dos processos e que há espaço para melhorias que acabariam refletindo na eficácia das ações.

TABELA 10 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS IMPERATIVOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Construtos	Mín.	Máx.	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
Comunidade	1	7	5,03	1,31	-0,696	0,307
Princípios	3	7	5,77	0,97	-0,810	0,507
Conhecimento	1	7	5,56	1,24	-1,169	2,084
Decisão	1	7	4,58	1,53	-0,495	-0,538
Planejamento	2	7	5,55	1,49	-1,252	0,875
Aperfeiçoamento	1	7	5,34	1,23	-0,838	1,483

4.1.3.2 Análise de Posição e Dispersão dos Imperativos do Desenvolvimento Sustentável

Quanto aos imperativos do Desenvolvimento Sustentável TABELA 11, a dimensão econômica ficou com a maior média 5,66, seguida da dimensão social 5,40, tendo a dimensão ambiental obtido a menor média com 5,17.

Em relação ao desvio padrão, todos os construtos ficaram acima de 1 (um), sendo a dimensão social a que apresentou uma maior variação 1,87, seguida do econômico 1,42 e do ambiental 1,25. A assimetria foi negativa para todos os construtos. Em relação a curtose, todos os construtos ficaram positivos, indicando

concentração positiva, o que denota uma harmonização, tanto na forma, como na posição relativa dos dados.

TABELA 11 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Construtos	Mín.	Máx.	Média	Desvio Padrão	Assimetria	Curtose
Ambiental	1	7	5,17	1,25	-0,661	1,890
Econômico	1	7	5,66	1,42	-1,076	1,315
Social	1	7	5,40	1,87	-1,355	1,883

4.1.4 Análise da Normalidade

Dando sequência à análise de posição e da dispersão dos dados, foi realizado o teste de normalidade. Conforme Freitas (2012), analisar a existência ou não de normalidade de dados possibilita ao pesquisador identificar qual teste deve utilizar em suas análises. Para Hair et al. (2005), a aplicação do teste de normalidade possibilita a análise de posição e dispersão de dados, indicando qual o grau que identifica uma distribuição normal a distribuição dos dados. Portanto, neste trabalho, foram aplicados os testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, conforme TABELA 12.

TABELA 22 – TESTE DE NORMALIDADE – KOLMOGOROV-SMIRNOV E SHAPIRO-WILK

Pergunta	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	DF	Sig.	Estatística	DF	Sig.
1	0,283	46	0,000	0,693	46	0,000
2	0,257	46	0,000	0,756	46	0,000
3	0,327	46	0,000	0,816	46	0,000
4	0,321	46	0,000	0,816	46	0,000
5	0,269	46	0,000	0,859	46	0,000
6	0,228	46	0,000	0,784	46	0,000
7	0,291	46	0,000	0,723	46	0,000
8	0,237	46	0,000	0,827	46	0,000
9	0,227	46	0,000	0,791	46	0,000
10	0,255	46	0,000	0,847	46	0,000
11	0,134	46	0,038	0,922	46	0,004
12	0,277	46	0,000	0,796	46	0,000
13	0,221	46	0,000	0,790	46	0,000
14	0,257	46	0,000	0,791	46	0,000
15	0,223	46	0,000	0,874	46	0,000
16	0,240	46	0,000	0,763	46	0,000
17	0,330	46	0,000	0,677	46	0,000
18	0,331	46	0,000	0,696	46	0,000
19	0,298	46	0,000	0,755	46	0,000
20	0,342	46	0,000	0,721	46	0,000
21	0,227	46	0,000	0,842	46	0,000
22	0,319	46	0,000	0,704	46	0,000
23	0,372	46	0,000	0,694	46	0,000
24	0,215	46	0,000	0,783	46	0,000
25	0,204	46	0,000	0,782	46	0,000
26	0,225	46	0,000	0,795	46	0,000
27	0,225	46	0,000	0,795	46	0,000
28	0,363	46	0,000	0,635	46	0,000
29	0,277	46	0,000	0,759	46	0,000
30	0,328	46	0,000	0,722	46	0,000
31	0,201	46	0,000	0,817	46	0,000

*Sig >0,05 resulta em normalidade.

Para verificar a distribuição dos dados, foram utilizados alguns testes que permitem classificar se os dados são normais ou não. Para Field (2009), o teste Kolmogorov-Smirnov compara escores de uma amostra a uma distribuição normal. Se o teste é não significativo ($p > 0,05$), ele nos informa que os dados da amostra não diferem significativamente de uma distribuição normal (isto é, eles podem ser normais). Por outro lado, se o teste é significativo ($p < 0,05$), a distribuição em questão é significativamente diferente de uma distribuição normal. Pelos valores

obtidos, os dados da amostra apresentam uma distribuição não-normal. Esta constatação é reforçada pelos valores de assimetria e curtose, conforme TABELA 13, que já indicam esse tipo de distribuição.

TABELA 13 – ASSIMETRIA E CURTOSE DAS PERGUNTAS

Perguntas	Assimetria	Curtose
1	-0,644	1,315
2	-0,085	-0,783
3	-1,051	1,073
4	-1,124	0,227
5	-0,733	-0,688
6	-0,810	0,507
7	-0,538	0,697
8	-1,043	1,262
9	-1,295	2,906
10	-0,829	-0,210
11	-0,160	-0,866
12	-1,252	0,875
13	-1,123	2,531
14	-1,330	2,550
15	-0,061	-0,632
16	-0,449	-0,855
17	-0,035	-0,582
18	-2,077	6,007
19	-0,899	2,019
20	-0,909	3,040
21	-0,689	-1,040
22	-2,215	6,245
23	1,957	2,775
24	-0,634	-0,594
25	-1,186	1,904
26	-1,022	1,021
27	-1,022	1,021
28	-2,685	7,643
29	-0,848	-0,666
30	-0,739	-0,534
31	-1,149	1,088

A normalidade ou a ausência de normalidade não sugere afirmar que um resultado é bom ou ruim, contudo expõe uma análise a ser considerada e analisada. Neste estudo, pelos resultados obtidos da não normalidade, justifica-se pela distribuição concentrada em valores altos maiores que a média.

4.1.5 Análise das correlações – Coeficiente de Spearman

Considerando o objetivo do trabalho que é analisar a relação entre os princípios de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) orientados pelo Pacto Global e o Desenvolvimento Sustentável, nesta seção serão expostos os resultados das análises das correlações. Segundo o dicionário Aurélio, correlação significa relação mútua entre dois termos, qualidade de correlativo, correspondência. Correlacionar, significa estabelecer relação ou correlação entre; ter correlação. A correlação entre duas variáveis, é calculada com o intuito de verificar se existe inter-relacionamento entre essas variáveis. Para Field (2009), por meio do teste de correlação é possível mensurar a associação linear entre variáveis, podendo ser de três tipos: correlação negativa, indica que o crescimento de uma das variáveis implica, em geral, no decréscimo da outra, ou seja, a correlação indica um comportamento oposto das variáveis; correlação positiva, indica o crescimento ou decréscimo concomitante das duas variáveis consideradas, ou seja, se uma cresce numericamente a outra também cresce e vice-versa; e, por fim, nos casos em que não há relação entre as variáveis, ela é considerada uma correlação nula.

Segundo Pontes (2010), dentre as técnicas não-paramétricas, o coeficiente de correlação de Spearman, é uma das mais apreciadas e empregadas na prática. Esse coeficiente é utilizado em substituição ao coeficiente de correlação de Pearson (r) nos casos em que a binormalidade dos dados não ocorre e ainda em situações envolvendo poucos pares de dados. (PONTES, 2010)

Neste trabalho, foi aplicado o coeficiente de Spearman, em razão da apresentação dos dados que exibem uma distribuição não normal, com o intuito de verificar se as variáveis apresentam associação. O Coeficiente de Spearman, segundo Field (2009, p.144), é uma estatística não-paramétrica e, assim, pode ser usada quando os dados violarem suposições paramétricas, tais como dados não-normais” (FIELD, 2009, p. 144).

Esta seção apresenta a correlação – Coeficiente de Spearman - entre os indicadores e os imperativos.

4.1.5.1 Correlação dos Indicadores dos Imperativos da RSE

Inicialmente, trataremos da correlação dos indicadores dos imperativos da RSE, tendo os resultados apresentados na TABELA 14. É possível observar que todos os indicadores obtiveram correlação ao nível de 1%, o que nos permite concluir que há forte correlação entre os indicadores dos imperativos da RSE. Segundo Freitas (2012), apesar de não ser prudente estabelecer relações causais entre variáveis a partir da correlação, esse comportamento das variáveis observado, indica que há contribuições significativas entre os indicadores, especialmente por comporem aspectos essenciais de um mesmo fenômeno. Essa contatação pode ser confirmada por meio da análise do índice de determinação e das correlações. Neste caso todos os índices de determinação foram superiores a 0,49, bem como as correlações apresentaram resultado positivo, o que denota o comportamento no mesmo sentido.

TABELA 14 – CORRELAÇÃO DOS INDICADORES DA RSE

		Indicadores										
		Aprend.	Aprop.	Particip.	Percep.	Mobil.	Conhec.	Democ.	Organ.	Reap.	Melhoria	Dissem.
Aprendizagem	Coef. de Correlação	1	0,91	0,93	0,9	0,88	0,96	0,96	0,92	0,97	0,97	0,91
	Coef. de Determinação	1	0,81	0,8	0,83	0,78	0,9	0,9	0,79	0,89	0,89	0,86
	Sigma (Bilateral)		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	N	44	44	41	43	43	44	43	44	43	44	44
Apropriação	Coef. de Correlação	0,91	1	0,9	0,94	0,86	0,9	0,89	0,9	0,91	0,92	0,92
	Coef. de Determinação	0,81	1	0,89	0,89	0,73	0,84	0,81	0,89	0,81	0,89	0,81
	Sigma (Bilateral)	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0
	N	44	44	41	43	43	44	43	44	43	44	44
Participação	Coef. de Correlação	0,93	0,9	1	0,92	0,95	0,93	0,97	0,94	0,93	0,92	0,96
	Coef. de Determinação	0,8	0,89	1	0,83	0,75	0,82	0,85	0,9	0,78	0,82	0,86
	Sigma (Bilateral)	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0
	N	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41
Percepção	Coef. de Correlação	0,9	0,94	0,92	1	0,88	0,93	0,92	0,94	0,9	0,91	0,93
	Coef. de Determinação	0,83	0,89	0,83	1	0,78	0,87	0,86	0,89	0,82	0,86	0,86
	Sigma (Bilateral)	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0
	N	43	43	41	43	43	43	43	43	43	43	43
Mobilização	Coef. de Correlação	0,88	0,86	0,95	0,88	1	0,88	0,94	0,89	0,89	0,87	0,93
	Coef. de Determinação	0,78	0,73	0,75	0,78	1	0,78	0,87	0,7	0,83	0,77	0,8
	Sigma (Bilateral)	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
	N	43	43	41	43	43	43	43	43	43	43	43

continua

TABELA 14 – CORRELAÇÃO DOS INDICADORES DA RSE

		Indicadores										conclusão
		Aprend.	Aprop.	Particip.	Percep.	Mobil.	Conhec.	Democ.	Organ.	Reap.	Melhoria	Dissem.
Assimilação	Coef. de Correlação	0,96	0,9	0,93	0,93	0,88	1	0,95	0,94	0,96	0,97	0,91
	Coef. de Determinação	0,9	0,84	0,82	0,87	0,78	1	0,88	0,85	0,9	0,94	0,78
	Sigma (Bilateral)	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0
	N	44	44	41	43	43	45	43	44	43	44	44
Democracia	Coef. de Correlação	0,96	0,89	0,97	0,92	0,94	0,95	1	0,95	0,95	0,94	0,96
	Coef. de Determinação	0,9	0,81	0,85	0,86	0,87	0,88	1	0,85	0,86	0,86	0,89
	Sigma (Bilateral)	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0
	N	43	43	41	43	43	43	43	43	43	43	43
Organização	Coef. de Correlação	0,92	0,9	0,94	0,94	0,89	0,94	0,95	1	0,91	0,93	0,93
	Coef. de Determinação	0,79	0,89	0,9	0,89	0,7	0,85	0,85	1	0,75	0,86	0,81
	Sigma (Bilateral)	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0
	N	44	44	41	43	43	44	43	44	43	44	44
Reaplicação	Coef. de Correlação	0,97	0,91	0,93	0,9	0,89	0,96	0,95	0,91	1	0,96	0,91
	Coef. de Determinação	0,89	0,81	0,78	0,82	0,83	0,9	0,86	0,75	1	0,91	0,76
	Sigma (Bilateral)	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0
	N	43	43	41	43	43	43	43	43	43	43	43
Melhoria	Coef. de Correlação	0,97	0,92	0,92	0,91	0,87	0,97	0,94	0,93	0,96	1	0,91
	Coef. de Determinação	0,89	0,89	0,82	0,86	0,77	0,94	0,86	0,86	0,91	1	0,77
	Sigma (Bilateral)	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0
	N	44	44	41	43	43	44	43	44	43	44	44
Disseminação	Coef. de Correlação	0,91	0,92	0,96	0,93	0,93	0,91	0,96	0,93	0,91	0,91	1
	Coef. de Determinação	0,86	0,81	0,86	0,86	0,8	0,78	0,89	0,81	0,76	0,77	1
	Sigma (Bilateral)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	N	44	44	41	43	43	44	43	44	43	44	44

No intuito de melhor tratar os dados, foi construída a TABELA 15 dos indicadores dos imperativos da RSE, a partir do coeficiente de determinação, expondo medidas de posição e dispersão da magnitude das relações. Conforme pode ser percebido, as médias foram altas, dentre elas as menores são representadas pela mobilização 0,779, disseminação 0,819 e organização 0,827, no outro extremo, percebe-se os indicadores de melhoria 0,857, democracia 0,863 e percepção 0,950.

Em relação ao desvio padrão dos coeficientes de determinação, todos os indicadores ficaram acima de 0,010, sendo que os indicadores de democracia 0,023, percepção 0,034 e conhecimentos 0,036 apresentaram uma menor variação e os indicadores de organização 0,065, melhoria 0,057 e apropriação 0,053, esses resultados indicam que os resultados do coeficiente de determinação têm um comportamento homogêneo.

TABELA 15 – COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO – RSE

Indicador	Média	Desv. Padrão	Mín.	Max.
Aprendizagem	0,845	0,047	0,78	0,90
Apropriação	0,837	0,053	0,73	0,89
Participação	0,830	0,045	0,75	0,90
Percepção	0,950	0,034	0,78	0,89
Mobilização	0,779	0,048	0,70	0,87
Assimilação	0,855	0,036	0,78	0,94
Democracia	0,863	0,023	0,81	0,90
Organização	0,827	0,065	0,70	0,90
Reaplicação	0,831	0,054	0,75	0,91
Melhoria	0,857	0,057	0,77	0,94
Disseminação	0,819	0,044	0,76	0,89

Analisando os dados obtidos, pode-se afirmar que as ações voltadas a comunidade no que tange à percepção das ações de RSE segundo princípios do PG, a decisão e ao planejamento como aprimoramento constante da aprendizagem, foram as que mais contribuíram em relação aos demais indicadores. Contudo, as ações que dizem respeito ao princípio na mobilização, apesar de ter um resultado favorável, foi a que menos contribuiu em relação aos demais indicadores.

O QUADRO 7 complementa a análise de intensidade das relações de maior e menor intensidade entre os indicadores.

Indicador	Maior Correlação	Menor Correlação
Aprendizagem	Reaplicação	Mobilização
Apropriação	Percepção	Mobilização
Participação	Democracia	Apropriação
Percepção	Apropriação	Mobilização
Mobilização	Participação	Apropriação
Conhecimentos	Melhoria	Mobilização
Democracia	Participação	Apropriação
Organização	Democracia	Mobilização
Reaplicação	Aprendizagem	Mobilização
Melhoria	Mobilização	Aprendizagem
Disseminação	Participação	Reaplicação

QUADRO 7 – CORRELAÇÕES DOS INDICADORES DA RSE

Dando sequência à análise das correlações dos indicadores da RSE, percebe-se que todos os indicadores apresentaram correlação positiva e elevada. Os indicadores de aprendizagem, apropriação, percepção, conhecimentos, organização e reaplicação, poderiam ser aprimorados no que tange aos princípios da RSE, na mobilização. Já, os resultados dos indicadores de participação, mobilização e democracia, poderiam ser aprimorados por ações voltadas para a apropriação por parte da comunidade.

4.1.5.2 Correlação dos Indicadores dos Imperativos do Desenvolvimento

Sustentável – Dimensões Ambiental, Econômica e Social

No que se refere ao tratamento da correlação dos indicadores dos Imperativos do Desenvolvimento Sustentável, tendo os resultados apresentados na TABELA 16. Observa-se que todos os indicadores obtiveram correlação entre si ao nível de 1%, o que indica que há forte correlação entre os indicadores dos construtos do Desenvolvimento Sustentável, podendo concluir que há contribuições significativas entre os indicadores. Essa contatação pode ser confirmada por meio da análise do índice de determinação e das correlações. Nesse caso, com exceção da preservação ambiental e direitos humanos, todos os outros índices de determinação foram superiores a 0,49, bem como as correlações apresentaram resultado positivo o que denota o comportamento no mesmo sentido.

TABELA 163 – CORRELAÇÃO DOS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

		Indicadores					
		Emprego de Recursos	Produção de Resíduos	Destinação dos Resíduos	Preservação Ambiental	Combate à corrupção	Direitos Humanos e Trabalho
Emprego de Recursos	Coef. de Correlação	1,00	0,92	0,96	0,96	0,91	0,90
	Coef. de Determinação	1,00	0,84	0,91	0,74	0,84	0,79
	Sigma (Bilateral)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	N	44	42	42	41	39	41
Produção de Resíduos	Coef. de Correlação	0,92	1,00	0,93	0,94	0,89	0,91
	Coef. de Determinação	0,84	1,00	0,78	0,69	0,80	0,68
	Sigma (Bilateral)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
	N	42	42	42	41	39	41
Destinação dos Resíduos	Coef. de Correlação	0,96	0,93	1,00	0,98	0,96	0,95
	Coef. de Determinação	0,91	0,78	1,00	0,69	0,90	0,88
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	N	42	42	42	41	39	41
Preservação Ambiental	Coef. de Correlação	0,96	0,94	0,98	1,00	0,96	0,94
	Coef. de Determinação	0,74	0,69	0,69	1,00	0,61	0,44
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	N	41	41	41	41	39	41
Combate à corrupção	Coef. de Correlação	0,91	0,89	0,96	0,96	1,00	0,98
	Coef. de Determinação	0,84	0,80	0,90	0,61	1,00	0,79
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	N	39	39	39	39	39	39
Direitos Humanos e Trabalho	Coef. de Correlação	0,90	0,91	0,95	0,94	0,98	1,00
	Coef. de Determinação	0,79	0,68	0,88	0,44	0,79	1,00
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	N	41	41	41	41	39	41

Para analisar melhor os dados e dar um tratamento geral aos indicadores, foi elaborada a TABELA 17 dos indicadores dos imperativos do Desenvolvimento Sustentável, a partir do coeficiente de determinação que apresenta medidas de posição e dispersão da intensidade das relações. A análise dos dados permite afirmar que a destinação de resíduos 0,832 e o emprego de recursos 0,823 apresentaram maior contribuição e, confirmando a análise anterior, com menor contribuição à preservação ambiental 0,634 e aos direitos humanos e trabalho com 0,715.

TABELA 17 – COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indicador	Média	Desv. Padrão	Mín.	Max.
Emprego de Recursos	0,82	0,06	0,74	0,91
Produção de Resíduos	0,76	0,07	0,68	0,84
Destinação dos Resíduos	0,83	0,10	0,69	0,91
Preservação Ambiental	0,63	0,12	0,44	0,74
Combate à Corrupção	0,79	0,11	0,61	0,90
Direitos Humanos e Trabalho	0,72	0,17	0,44	0,88

Em relação ao desvio padrão, todos os indicadores ficaram acima de 0,010, sendo que os indicadores de emprego de recursos 0,063 e produção de resíduos 0,071 apresentaram uma menor variação e os indicadores de direitos humanos e trabalho 0,171 e preservação ambiental 0,119 apresentaram uma variação maior. Esses resultados indicam que os resultados do coeficiente de determinação tem um comportamento homogêneo.

Aprimorando a análise da intensidade das relações dos indicadores do Desenvolvimento Sustentável, no QUADRO 8 são apresentadas as relações de maior e menor intensidade para cada indicador.

Indicador	Maior Correlação	Menor Correlação
Emprego de Recursos	Destinação de Resíduos	Direitos Humanos e Trabalho
Produção de Resíduos	Preservação Ambiental	Combate à corrupção
Destinação dos Resíduos	Preservação Ambiental	Produção de Resíduos
Preservação Ambiental	Destinação de Resíduos	Produção de Resíduos
Combate à Corrupção	Direitos Humanos e Trabalho	Produção de Resíduos
Direitos Humanos e Trabalho	Combate à corrupção	Emprego de Recursos

QUADRO 8 – CORRELAÇÕES DOS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na sequência das análises das correlações dos indicadores do Desenvolvimento Sustentável, percebe-se que os indicadores apresentaram correlação positiva e elevada. Os indicadores de destinação de resíduos, preservação ambiental, poderiam ser aprimorados no que tange à produção de resíduos.

4.1.5.3 Correlação dos Imperativos

Nesta parte, serão expostos os resultados das correlações dos imperativos da RSE e do Desenvolvimento Sustentável, e da relação dos imperativos da RSE e do Desenvolvimento Sustentável.

4.1.5.3.1 Correlação dos Imperativos da RSE

Os resultados da correlação dos imperativos da RSE, podem ser apreciados na TABELA 18. É possível observar que todos os indicadores obtiveram correlação ao nível de 1%, o que nos permite concluir que há forte correlação entre os indicadores dos imperativos da RSE. Essa constatação pode ser confirmada pela análise do índice de determinação e das correlações. Nesse caso, todos os índices de determinação foram superiores a 0,49, bem como as correlações apresentaram resultado positivo, o que denota o comportamento no mesmo sentido e forte relação entre os imperativos.

TABELA 18 – CORRELAÇÃO DOS IMPERATIVOS DA RSE

		Imperativos					
		Comunidade	Princípios	Conhecimento	Decisão	Planejamento	Aperfeiçoamento
Comunidade	Coeficiente de Correlação	1,00	0,94	0,96	0,99	0,95	0,99
	Coeficiente de Determinação	1,00	0,80	0,90	0,91	0,93	0,96
	Sigma (Bilateral)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	N	44	43	44	43	44	44
Princípios	Coeficiente de Correlação	0,94	1,00	0,88	0,94	0,89	0,93
	Coeficiente de Determinação	0,80	1,00	0,78	0,87	0,70	0,86
	Sigma (Bilateral)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
	N	43	43	43	43	43	43
Conhecimento	Coeficiente de Correlação	0,96	0,88	1,00	0,95	0,94	0,97
	Coeficiente de Determinação	0,90	0,78	1,00	0,88	0,85	0,94
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	N	44	43	45	43	44	44
Decisão	Coeficiente de Correlação	0,99	0,94	0,95	1,00	0,95	0,98
	Coeficiente de Determinação	0,91	0,87	0,88	1,00	0,85	0,93
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	N	43	43	43	43	43	43
Planejamento	Coeficiente de Correlação	0,95	0,89	0,94	0,95	1,00	0,95
	Coeficiente de Determinação	0,93	0,70	0,85	0,85	1,00	0,86
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	N	44	43	44	43	44	44

continua

TABELA 18 – CORRELAÇÃO DOS IMPERATIVOS DA RSE

		Imperativos						conclusão
		Comunidade	Princípios	Conhecimento	Decisão	Planejamento	Aperfeiçoamento	
Aperfeiçoamento	Coeficiente de Correlação	0,99	0,93	0,97	0,98	0,95	1,00	
	Coeficiente de Determinação	0,96	0,86	0,94	0,93	0,86	1,00	
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	N	44	43	44	43	44	44	

Considerando melhor os dados e ao dar um tratamento geral aos imperativos, foi elaborada a TABELA 19 dos imperativos da RSE, a partir do coeficiente de determinação, que apresenta medidas de posicionamento e dispersão da intensidade das relações. A análise dos dados permite afirmar que o aperfeiçoamento 0,908, a comunidade 0,899 e a decisão 0,887 apresentaram maior contribuição e com menor média os princípios com 0,800.

TABELA 19 – COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO DOS IMPERATIVOS DA RSE

Imperativos	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Comunidade	0,90	0,06	0,80	0,96
Princípios	0,80	0,07	0,70	0,87
Conhecimento	0,87	0,06	0,78	0,94
Decisão	0,89	0,03	0,85	0,93
Planejamento	0,84	0,08	0,70	0,93
Aperfeiçoamento	0,91	0,05	0,86	0,96

Analisando os dados obtidos, pode-se afirmar que as ações voltadas a aperfeiçoamento 0,908, que compreendem a reaplicação, melhoria e disseminação das soluções de RSE por parte da comunidade, obteve maior contribuição em relação aos imperativos. Salienta-se que o aperfeiçoamento da RSE é de relevante importância para o processo de aprimoramento das ações. Contudo, o imperativo princípios que diz respeito à mobilização nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, apesar de ter um resultado favorável, foi o que menos contribuiu em relação aos demais imperativos.

Aprimorando a análise da intensidade das relações dos imperativos da RSE, no QUADRO 9, são apresentadas relações de maior e menor intensidade para cada imperativo.

Imperativos	Maior Correlação	Menor Correlação
Comunidade	Aperfeiçoamento	Princípios
Princípios	Decisão	Conhecimento
Conhecimento	Aperfeiçoamento	Princípios
Decisão	Comunidade	Princípios
Planejamento	Comunidade	Princípios
Aperfeiçoamento	Comunidade	Princípios

QUADRO 94 - RELAÇÕES ENTRE OS IMPERATIVOS DA RSE

Na sequência de análise das correlações dos imperativos da RSE, pode-se concluir que todos os imperativos apresentaram correlação positiva e elevada. Os imperativos, comunidade, conhecimento, decisão, planejamento e aperfeiçoamento, podem ser aprimorados no que diz respeito aos princípios da RSE segundo os princípios do Pacto Global que é a mobilização nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Já, o resultado do imperativo princípio, poderia ser aprimorado no conhecimento. Aqui, percebe-se a necessidade de aprimoramentos na mobilização, tanto das empresas quanto da comunidade, para que os esforços da adoção dos princípios do Pacto Global surtam efeitos mais concretos.

4.1.5.3.2 Correlação dos Imperativos do Desenvolvimento Sustentável

No que se refere ao tratamento da correlação dos imperativos do Desenvolvimento Sustentável, os resultados são apresentados na TABELA 20. Observa-se que todos os indicadores obtiveram correlação entre si ao nível de 1%, o que indica que há forte correlação entre os imperativos do Desenvolvimento Sustentável, podendo concluir que há contribuições significativas entre os imperativos. Essa constatação pode ser confirmada pela análise do índice de determinação e das correlações. Nesse caso, todos os índices de determinação foram superiores a 0,49, bem como as correlações apresentaram resultado positivo o que denota o comportamento no mesmo sentido.

TABELA 20 – IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

		Construtos		
		Ambiental	Econômico	Social
Ambiental	Coeficiente de Correlação	1,00	0,96	0,95
	Coeficiente de Determinação	1,00	0,86	0,74
	Sigma (Bilateral)		0,00	0,00
	N	44	39	41
Econômico	Coeficiente de Correlação	0,96	1,00	0,98
	Coeficiente de Determinação	0,86	1,00	0,79
	Sigma (Bilateral)	0,00		0,00
	N	39	39	39
Social	Coeficiente de Correlação	0,95	0,98	1,00
	Coeficiente de Determinação	0,74	0,79	1,00
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	
	N	41	39	41

Para analisar os imperativos a partir da determinação, de maneira geral, foi elaborada a TABELA 21 que apresenta medidas de posicionamento e dispersão da intensidade das relações. No que tange aos imperativos do desenvolvimento sustentável, a dimensão social foi a que apresentou menor média 0,77, em seguida a dimensão social com 0,80 e, por fim, e com maior representatividade a dimensão econômica com 0,83.

TABELA 215 – COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO DOS IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Imperativos	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Ambiental	0,80	0,09	0,74	0,86
Econômico	0,83	0,05	0,79	0,86
Social	0,77	0,04	0,74	0,79

Em relação ao desvio padrão, todos os imperativos ficaram acima de 0,01, sendo que o imperativo da dimensão social 0,04 apresentou menor variação e os imperativos dimensão ambiental 0,09 e da dimensão econômica 0,05 apresentaram uma variação maior, percebe-se que os resultados do coeficiente de determinação têm um comportamento homogêneo.

Aprimorando a análise da intensidade das relações dos imperativos do Desenvolvimento Sustentável, no QUADRO 10, são apresentadas as relações de

maior e menor intensidade para cada imperativo.

Imperativos	Maior Correlação	Menor Correlação
Ambiental	Econômico	Social
Econômico	Social	Ambiental
Social	Econômico	Ambiental

QUADRO 10 – RELAÇÕES ENTRE OS IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Considerando que todos os imperativos apresentaram correlação positiva e alta, foi possível fazer as seguintes proposições: constata-se desigualdade entre as relações das dimensões do desenvolvimento sustentável, atenção deve ser dada a dimensão ambiental e sua articulação com as demais dimensões social e econômica. Percebe-se que ora o fator social, ora o econômico pesa sobre o ambiental, o que é comprovado pela intensidade das relações no QUADRO 10. Pode-se justificar esse fato, em decorrência da inadequação de utilização dos recursos e posterior descarte na produção, fato que pode ser justificado pelo lado econômico e o fato da comunidade não enxergar os benefícios ambientais advindos de ações de RSE.

4.1.5.3.3 Correlação entre os Imperativos da RSE e do Desenvolvimento Sustentável

A correlação dos imperativos da RSE e do Desenvolvimento Sustentável, está apresentada na TABELA 22. Tendo sido constatada correlação ao nível de 1% em todos os imperativos, observando que todas as relações são positivas e fortes. Essa constatação pode ser confirmada pela análise do índice de determinação e das correlações. Nesse caso, todos os índices de determinação foram superiores a 0,49, bem como as correlações apresentaram resultado positivo, o que denota o comportamento no mesmo sentido e forte relação entre os imperativos.

Os resultados alcançados permitem concluir que as ações de RSE, segundo princípios do Pacto Global, contribuíram para cada uma das dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

TABELA 22 - IMPERATIVOS DA RSE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

		Imperativos		
		Ambiental	Econômico	Social
Comunidade	Coeficiente de Correlação	0,99	0,96	0,95
	Coeficiente de Determinação	0,90	0,85	0,87
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00
	N	44	39	41
Princípios	Coeficiente de Correlação	0,95	0,94	0,92
	Coeficiente de Determinação	0,88	0,91	0,70
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00
	N	43	39	41
Conhecimento	Coeficiente de Correlação	0,96	0,90	0,92
	Coeficiente de Determinação	0,90	0,82	0,83
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00
	N	44	39	41
Decisão	Coeficiente de Correlação	0,99	0,94	0,94
	Coeficiente de Determinação	0,96	0,88	0,80
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00
	N	43	39	41
Planejamento	Coeficiente de Correlação	0,96	0,91	0,90
	Coeficiente de Determinação	0,84	0,77	0,89
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00
	N	44	39	41
Aperfeiçoamento	Coeficiente de Correlação	0,99	0,94	0,94
	Coeficiente de Determinação	0,93	0,89	0,82
	Sigma (Bilateral)	0,00	0,00	0,00
	N	44	39	41

Levando em consideração os indicadores da RSE e sua relação com as dimensões do desenvolvimento sustentável, conclui-se que todos os indicadores contribuíram para as dimensões do desenvolvimento sustentável. Na dimensão ambiental, os que mais contribuíram foram o papel da comunidade e a ampliação da escala, na dimensão econômica o papel da comunidade foi o que mais contribuiu e, por fim, a dimensão social.

4.1.5.4 Análise de Equilíbrio

Os resultados alcançados na correlação dos imperativos que permitem concluir que as ações de RSE, segundo princípios do Pacto Global, contribuíram para cada uma das dimensões do Desenvolvimento Sustentável. As análises possibilitam concluir que as ações de RSE, segundo princípios do Pacto Global, estão correlacionadas com as dimensões do Desenvolvimento Sustentável, e vão além, estão equilibradas, segundo Freitas (2012). Atenta-se, entretanto, ao fato de que as soluções voltadas ao desenvolvimento sustentável devem conciliar o atendimento simultâneo dos três imperativos (ROBINSON; TINKER, 1997), não necessariamente o equilíbrio.

Neste estudo, em razão dos dados apresentarem uma distribuição não-normal, aplicou-se o teste de Wilcoxon.

O resultado esperado é a de que não sejam apresentadas grandes diferenças entre os imperativos. Assim, foi analisado tanto cada imperativo de RSE em relação a cada dimensão do Desenvolvimento Sustentável, quanto entre as dimensões.

4.1.5.4.1 Análise de Equilíbrio entre os imperativos da RSE e do Desenvolvimento Sustentável

O primeiro resultado a ser analisado é o da comunidade versus dimensão ambiental, a comunidade versus dimensão econômica e comunidade versus dimensão social. Conforme TABELA 23, a sig. da comunidade versus dimensão ambiental, 0,9113 foi maior que 0,05 e não apresentou diferenças significativas, porém a comunidade versus dimensão econômica e a comunidade versus dimensão social, sig = 0,0065 e sig = 0,001 respectivamente, apresentaram comportamento contrário, com diferenças significativas.

TABELA 23 – TESTE DE WILCOXON PARA A COMUNIDADE E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Teste de Wilcoxon	Comunidade Dimensão Ambiental	Comunidade Dimensão Econômica	Comunidade Dimensão Social
Z	828	518	430
Sig.	0,9113	0,0065	0,0001

Pode-se concluir que não é possível constatar o equilíbrio entre a comunidade e as dimensões do desenvolvimento sustentável, uma vez que, a comunidade versus dimensão econômica e a comunidade versus dimensão social, apresentaram diferença significativa em relação a seus resultados.

Na sequência serão analisados os dados referentes, aos princípios versus dimensão ambiental, aos princípios versus dimensão econômica e aos princípios versus dimensão social. Conforme TABELA 24, a sig. dos princípios versus dimensão ambiental, 0,7931 foi maior que 0,05 e não apresentou diferenças significativas, porém os princípios versus dimensão econômica e os princípios versus dimensão social, sig = 0,0141 e sig = 0,0001, respectivamente, apresentaram comportamento contrário, com diferenças significativas.

TABELA 24 – TESTE DE WILCOXON PARA OS PRINCÍPIOS E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Teste de Wilcoxon	Princípios Dimensão Ambiental	Princípios Dimensão Econômica	Princípios Dimensão Social
Z	852	581	450,5
Sig.	0,7931	0,0141	0,0001

Conclui-se que o equilíbrio, nesse caso, também não pôde ser constatado, uma vez que, o comportamento das relações princípios versus dimensão econômica e princípios versus dimensão social, apresentaram diferença significativa.

Uma terceira análise pode ser explanada e se refere ao conhecimento versus dimensão ambiental, ao conhecimento versus dimensão econômica e ao conhecimento versus dimensão social. Conforme TABELA 25, a sig. do conhecimento versus dimensão ambiental, 0,0936 e do conhecimento versus dimensão econômica 0,5447, foram maior que 0,05 e não apresentaram diferenças significativas, porém a do conhecimento versus dimensão social, sig = 0,0324, apresentou comportamento contrário, com diferenças significativas.

TABELA 25 – TESTE DE WILCOXON PARA O CONHECIMENTO E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Teste de Wilcoxon	Conhecimento Dimensão Ambiental	Conhecimento Dimensão Econômica	Conhecimento Dimensão Social
Z	1115	811,5	680,5
Sig.	0,0936	0,5447	0,0324

Conclui-se que o equilíbrio, nesse caso, também não pôde ser constatado, uma vez que, o comportamento da relação do conhecimento versus dimensão social, apresentou diferença significativa.

Na sequência, a decisão versus dimensão ambiental, a decisão versus dimensão econômica e a decisão e a dimensão social. A decisão versus dimensão ambiental 0,1024, conforme pode ser observado na TABELA 26, apresenta significância maior que 0,05 e, portanto, não apresenta diferença significativa, em contrapartida, à decisão e à dimensão econômica 0,0008 e à decisão e dimensão social 0,001, apresentaram significância menor que 0,05, apresentando, portanto, diferenças significativas.

Aqui podemos chegar à conclusão de que o equilíbrio, nesse caso, não pode ser constatado.

TABELA 26 – TESTE DE WILCOXON PARA A DECISÃO E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Teste de Wilcoxon	Decisão Dimensão Ambiental	Decisão Dimensão Econômica	Decisão Dimensão Social
Z	699	483,5	379
Sig.	0,1024	0,0008	0,0001

No que tange ao planejamento versus dimensão ambiental 0,0691, planejamento versus dimensão econômica 0,6913 e o planejamento versus dimensão social 0,0773, percebe-se que todas as relações não apresentaram diferenças significativas, pois apresentaram significância maior que 0,05.

TABELA 27 – TESTE DE WILCOXON PARA O PLANEJAMENTO E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Teste de Wilcoxon	Planejamento Dimensão Ambiental	Planejamento Dimensão Econômica	Planejamento Dimensão Social
Z	1107,0	815,5	706,5
Sig.	0,0691	0,6913	0,0773

Observa-se, portanto, que o comportamento das relações, planejamento versus dimensão econômica, planejamento versus dimensão social e planejamento versus dimensão ambiental, não apresentaram diferença significativa, podendo concluir que, nesse caso, há um equilíbrio entre o parâmetro da RSE planejamento, e as dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, a análise de aperfeiçoamento versus dimensão ambiental, aperfeiçoamento versus dimensão econômica e aperfeiçoamento versus dimensão social. Na TABELA 28, percebe-se que o aperfeiçoamento versus dimensão ambiental 0,4168 e o aperfeiçoamento versus a dimensão econômica 0,0925, apresentaram significância maior que 0,05, e, portanto, apresentam diferenças significativas, porém o aperfeiçoamento versus dimensão social 0,0045, exibiu significância menor que 0,05, apresentando diferenças significativas.

TABELA 28 – TESTE DE WILCOXON PARA O APERFEIÇOAMENTO E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Teste de Wilcoxon	Aperfeiçoamento Dimensão Ambiental	Aperfeiçoamento Dimensão Econômica	Aperfeiçoamento Dimensão Social
Z	994,5	676,0	583,5
Sig.	0,4168	0,0925	0,0045

4.1.5.4.2 Análise de Equilíbrio entre as Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Os resultado do teste de Wilcoxon para as relações entre as dimensões do desenvolvimento sustentável, podem ser observados na TABELA 29, dimensão ambiental versus dimensão econômica 0,0456 e dimensão ambiental versus dimensão social 0,0021 obtiveram significância menor que 0,05, portanto, apresentaram diferenças significativas, já a dimensão econômica versus a dimensão social 0,2821 apresentou significância maior que 0,05, expondo, portanto, que as diferenças são significativas entre essas dimensões.

Neste estudo, como no de Freitas (2012), não foi possível constatar o equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento sustentável, na medida em que dois dos pares apresentaram diferenças significativas, dimensão ambiental versus dimensão econômica e dimensão ambiental versus dimensão social. Apenas, a dimensão econômica versus dimensão social apresentou equilíbrio entre os resultados. Observando o Teste de Wilcoxon, pode-se constatar que as ações de RSE segundo princípios do Pacto Global, apresentam soluções para o Desenvolvimento Sustentável, porém não atendem aos três imperativos do desenvolvimento sustentável de maneira equilibrada.

TABELA 29 – TESTE DE WILCOXON PARA AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Teste de Wilcoxon	Dimensão Ambiental Dimensão Econômica	Dimensão Ambiental Dimensão Social	Dimensão Econômica Dimensão Social
Z	593,5	513,5	691,5
Sig.	0,0456	0,0021	0,2821

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os temas Responsabilidade Social Empresarial e o Desenvolvimento Sustentável vêm, na atualidade, ganhando destaque tanto no meio empresarial, quanto no acadêmico. Frente aos problemas enfrentados do atual modelo de desenvolvimento econômico e suas crescentes externalidades, ambientais, econômicas e sociais, amplia-se a discussão sobre a necessidade de reorientá-lo. Novas tentativas e soluções para minimizar os problemas são criadas, e têm imposto ao meio empresarial uma série de novos desafios no que diz respeito à forma de gestão de seus negócios.

O Pacto Global é uma destas tentativas. Uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, refletidos em 10 princípios.

Conduziu-se este estudo, com o objetivo de analisar se os princípios de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), orientados pelo Pacto Global, contribuem para o Desenvolvimento Sustentável.

Para alcançar este objetivo, inicialmente foi necessário levantar junto à Rede Brasileira do Pacto Global, a lista de organizações signatárias que aderiram ao PG, desde sua anúncio pelo Secretário Geral das Nações Unidas no Fórum Econômico Mundial (Fórum de Davos), na reunião de 31 de janeiro de 1999, e oficialmente lançado em 26 de julho de 2000, no escritório da ONU, em Nova Iorque.

Inicialmente, foram identificadas 476 organizações que aderiram ao Pacto Global de 2000 à 2012, excluindo-se, aqui, o ano de 2013, uma vez que as organizações que aderiram nesse ano, não tiveram tempo hábil para obter resultados e publicar o relatório. Desse total, 91 não enviaram o relatório de progresso das atividades, sendo excluídas da amostra, restando apenas 385 organizações aptas para a análise no Brasil.

Após esse primeiro recorte, das 385 organizações que aderiram ao PG e estão ativas, foi selecionada uma amostra proposital constituída pelas empresas ativas do estado do Paraná, totalizando 47 empresas, que serviram de base para o cálculo mínimo da amostra, constituído por 42 empresas. Depois de enviados os questionários aos responsáveis pelas ações de RSE nas empresas estudadas, foi

possível obter a amostra por adesão, composta por 46 questionários respondidos e que serviram para a realização dos objetivos específicos definidos neste trabalho.

Para atingir os objetivos do trabalho, foram definidos imperativos que se referem à RSE segundo os princípios do Pacto Global – Princípios, comunidade, conhecimento, decisão, planejamento e aperfeiçoamento – e ao Desenvolvimento Sustentável mediante as dimensões, ambiental, econômica e social.

Os resultados encontrados a partir de pesquisa descritiva e quantitativa permitiram constatar que a implementação da RSE, segundo os princípios do PG, contribuem para a promoção das dimensões econômicas, sociais e ambientais da comunidade, uma vez que as correlações encontradas entre os imperativos da RSE e as dimensões econômica, social e ambiental do DS foram classificadas como fortes ($\rho = 0.96$, $\rho = 0.95$, e $\rho = 0.99$, respectivamente) e significativas ($p < 0,01$, $p < 0,01$, e $p < 0,01$, respectivamente), podendo-se concluir que há interação entre os imperativos da RSE e as dimensões do DS.

No que tange à relação entre RSE e DS, observou-se que os seus imperativos e suas dimensões como um todo obtiveram correlação forte ($\rho \geq 0,90$) e significativa ($p < 0,01$), concluindo-se que há forte ligação entre os imperativos da RSE, segundo princípios do PG e as dimensões do DS. Dessa forma, os resultados alcançados permitem corroborar o pressuposto teórico de que as ações de RSE, segundo princípios do PG, contribuíram para cada uma das dimensões do DS.

Observando o Teste de Wilcoxon, pôde-se constatar que as ações de RSE, segundo princípios do PG apresentam soluções para o DS; todavia, não atendem aos três imperativos do DS de maneira equilibrada.

Destaca-se, ainda, que as análises permitiram rejeitar a hipótese nula de que não há relação entre a RSE, segundo princípios do PG e o DS.

Estudos futuros que envolvam uma amostra no âmbito nacional poderão verificar se os resultados aqui obtidos podem ou não ser generalizados.

Esta pesquisa, procurou contribuir para a ampliação do conhecimento científico acerca das relações entre ações de RSE segundo princípios do PG e o DS. Por meio do estudo, foi possível responder ao problema de pesquisa proposto, ao identificar que a RSE orientada pelos princípios do PG representa um importante instrumento de intervenção para a transformação econômica, social e ambiental mediante atendimento simultâneo dessas três dimensões. Dessa forma, corroboram-se pressupostos da proposta da Organização das Nações Unidas de que o Pacto

Global é um importante agente de transformação e de suporte ao DS. Portanto, esta pesquisa contribuiu para a ampliação do conhecimento científico acerca do tema e procurou estimular estudos futuros para o aperfeiçoamento dos resultados alcançados.

REFERÊNCIAS

AGUINIS, H.; GLAVAS, A. What we know and don't know about corporate social responsibility: a review and research agenda **Journal of Management Stillwater**, v. 38, n. 4, p. 932-969, Mar. 2012.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2013.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, JORGE, E. R. **Responsabilidade social empresarial e a empresa sustentável: da teoria à prática**. 2. ed. atu. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. (Inclui a Norma ISO-26000).

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. **Academy of Management Review**, Mississipe, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.

CARROLL, A. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, Chicago, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

COMITÊ BRASILEIRO DO PACTO GLOBAL. **Objetivos definidos para o Comitê Brasileiro do Pacto Global**. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/66/Objetivos>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Tradução de Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Strengthening the role of business and industry. In: UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT & DEVELOPMENT, 1992, Rio de Janeiro: United Nations, 1992. Chap. 30. Disponível em: <<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO **Relatório Brundtland: nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Os **8 objetivos de desenvolvimento do milênio**. (FIGURA). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

COOPER, R. D.; SCHINDLER, P. S. **Método de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Bookman, 2003. 640 p.

COOK, C. S.; SELTZER, C.; WRIGHTSMANN, L. S.; **Métodos de pesquisa nas relações sociais**: medidas na pesquisa social. São Paulo: EPU, 2005 1987. 150 p.

CORTINA, J. M. What is coefficient alpha? An examination of theory and applications. **Journal of Applied Psychology**, v. 78, p. 98-104, 1993.

CRANE, A. *et al.* Introduction: the corporate social responsibility agenda. In: CRANE, A. *et al.* (Ed.). **The oxford handbook of corporate social responsibility**. Oxford: Oxford University, 2008. p. 3–18.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. São Paulo: Artmed. 2010.

CRONBACH, L. J. *et al.* **The dependability of behavioral measurements**: theory for generalizability of scores and profiles. New York: J. Wiley, 1972.

DIAS, J.; DIAS, A. M. H. **Crescimento econômico, emprego e educação em uma economia globalizada**. Maringá: Eduem, 1999.

DUARTE, A. **Apontamentos de política econômica**. Coimbra, 2005. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/maps/slides1_VI_pe_0405.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, Califórnia, n. 2, p. 90-100, 1994.

FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa *Survey*. **Revista de Administração**, São Paulo v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

FREITAS, C. C.G. **Tecnologia social e desenvolvimento sustentável**: um estudo sob a ótica da adequação sociotécnica. 2012 Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GARDETTI, M. A. A base-of-the-pyramid: approach in Argentina. **Greener Management International**, v. 51, p. 65-77, 2006.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **The Academy of Management Review**, 20, n. 4, p. 874-907, 1995.

HAIR JR., J. F. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando valor sustentável. **RAE Executive**, v. 3, n. 2, p. 65-79, maio/jul. 2004.

HART, S. L. **O capitalismo na encruzilhada**: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006. 232 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável - Brasil 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm>. Acesso em: 28 out. 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <<http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 28 out. 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Pacto global rede brasileira**. Agenda do Pacto Global. 2013. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/Artigo/94/Presenca-marcante-no-Leaders-Summit-2013>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

INSTITUTO ETHOS. **Princípios e valores**. 2012. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/31/o_instituto_ethos/o_instituto_ethos.aspx>. Acesso em: 28 out. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Índice de Gini**: desafios do desenvolvimento. Brasília, 2012.

KAPLAN, E. L.; MÉIER, P. Non-parametric estimation from incomplete observations. **Journal of American Statistical Association**, v. 53, p. 457-481, 1985.

LIMA, M. C. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

LOCKETT, A.; MOON, J.; VISSER, W. Corporate social responsibility in management research: focus, nature, salience and sources of influence. **Journal of Management Studies**, v. 43, n. 1, p. 115-136, 2006.

LONDON, T.; HART, S. (Ed.). **Next-generation business strategies for the base of the pyramid**: new approaches for building mutual value, upper saddle river. New Jersey: Financial Times, 2011.

MATTEN, D.; CRANE, A. Corporate Citizenship: toward an extended theoretical conceptualization. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 1, p. 166-179, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 203.

MANKIW, N. G.; ROMER, D.; WEIL, D. N. A contribution to the empirics of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 107, n. 2, p. 407-437, May 1992. Harvard College and the Massachusetts Institute of Technology. Disponível em: <http://www.amenezes.uac.pt/macroeconomiall/macroeconomiall_20062007/papers/mrw1992.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, H. **Contribuição empresarial para a promoção da economia verde e inclusiva**. São Paulo: Instituto Akatu. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/12_05_30_Pacto_Global_CompromissoPublico_RedeBrasil_eira.pdf>. Acesso em: 28 out. 2012.

MATTEN, D.; MOON, J. “«Implicit» and «explicit» CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility”. **Academy of Management Review**, v. 33, n. 2, p. 404-424, 2008.

MCGUIRE, W. J. **Toward social psychology's second century**. New York: American Psychological Association, 1979. (Paper at the 87th Annual Meeting of the American Psychological Association).

MILONE, G. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

NOBRE, F. S.; LOURENÇO, M. L.; FAGUNDES, G. S. Education for sustainable management: a perspective of constructivism. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON EDUCATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2010.

OLIVEIRA J. A. P. de. *et al.* A implementação do pacto global pelas empresas do Paraná. **Revista de Gestão Social Ambiental**, v. 2, n. 3, p. 92-110, set./dez. 2008.

PONTES, A. C. F. Testes não-paramétricos: uma ferramenta para o ensino da análise combinatória. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2010. **Anais...** Disponível em: <http://www.lematec.net/CDS/ENEM10/artigos/MC/T2_MC1923.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide**: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

PRAHALAD, C. K.; HART S. L. The fortune at the bottom of the pyramid. **Strategy + Business**, v. 26, p. 2-14. 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório 2004**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório 2005**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório 2006**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório 2007**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório 2008**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório 2009**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2012.

RADAR RIO + 20. **As conferências da ONU e o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.radarrio20.org.br/index.php?r=conteudo/view&id=9>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

RELATÓRIO de desenvolvimento humano. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais#2010>. Acesso em: 10 dez. 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBINSON, J.; TINKER, J. Reconciling ecological, economic, and social imperatives: a new conceptual framework. In: SCHRECKER, T. **Surviving globalism**: social and environmental dimensions. London: Macmillan/New York: St. Martin's, 1997. Disponível em: <http://web.idrc.ca/en/ev-64473-201-1-DO_TOPIC.html>. Acesso em: 15 out. 2012.

ROCHA NETO, I. **Tecnologias sociais**: conceitos & perspectivas. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/ts_conceitos_perspectivas.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável**: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos Avançados, 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle. New York: Oxford University, 1961. 255p. (Reimpressão em 1962).

REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL. Secretaria Executiva do Comitê Brasileiro do Pacto Global. **Pacto global**. 1999. Disponível em:

<<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/56/Os-10-principios>>. Acesso em: 28 out. 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA FILHO, E. G.; CARVALHO, E. B. A teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento endógeno regional: investigação das convergências em um cenário pós-cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, p. 467-482, nov. 2001. (Número Especial).

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1952.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, Feb. 1956. SOUSA, A. C. C. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, N. de J de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2005.

STREINER, D. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient Alpha does and doesn't matter. **Journal of Personality Assessment**, v. 80, p. 217-222, 2003.

TENÓRIO, F. G.; NASCIMENTO, F. C. P. N. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TOWARDS A GREEN ECONOMY. **Pathways to sustainable development and poverty eradication: a synthesis for policy makers**. 2011 Disponível em: <<http://www.ipu.org/splz-e/rio+20/rpt-unep.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2010.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Overview of the UN global compact**. 2012. Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/index.html>>. Acesso em: 28 out. 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Declaração universal sobre bioética e direitos humanos**. UNESCO, 2005. Tradução de Ana Tapajós e Mauro Machado do Prado. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A2ncia-e-Cultura/declaracao-universal-sobre-bioetica-e-direitos-humanos.html>. Acesso em: 10 dez. 2013.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Common Future. Report by the World Commission on Environment and Development.** Kenya, 1987. Disponível em: <[http://upload.wikimedia.org/wikisource/en/d/d7/ Our-common-future.pdf](http://upload.wikimedia.org/wikisource/en/d/d7/Our-common-future.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2012.

VIEIRA, S. **Bioestatística: tópicos avançados.** Rio de Janeiro: Campos, 2003. Cap. 2.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2006.

WWF-Brasil – **Pegada Brasileira** - Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/pegada_brasileira/2014> Acesso em: 05 out. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	117
APÊNDICE B – OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO..	124

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

ESTUDO SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UFPR 2013.

Prezado entrevistado,

O questionário abaixo é parte de uma pesquisa de mestrado sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE), Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. PhD Farley Mendes Nobre.

Meu nome é Olívia Carolina de Resende Basílio e sou pesquisadora da área de ciências sociais aplicadas, e estudante do curso de mestrado em Administração da UFPR, no qual estou desenvolvendo uma pesquisa sobre Responsabilidade Social Empresarial, segundo princípios do Pacto Global e sua relação com o Desenvolvimento Sustentável.

Para tanto, o(a) Sr.(a) está recebendo este questionário, que é parte do mencionado estudo e que tem como propósito, exclusivamente acadêmico, analisar a relação da Responsabilidade Social com o Desenvolvimento Sustentável. Sua participação é de extrema importância e contribuirá na construção do conhecimento sobre as estratégias de RSE e seu impacto de transformação social.

Para cada questão, o(a) Sr.(a) deverá assinalar (X) apenas uma das opções que melhor expresse sua opinião a respeito de cada afirmativa, conforme a escala abaixo. Caso a questão não se aplique à RSE, favor assinalar a primeira opção: Não se Aplica (NA).

Não se aplica	Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo pouco	Nem discordo nem concordo	Concordo pouco	Concordo muito	Concordo Totalmente
NA	DT	DM	DP	NDNC	CP	CM	CT

Informo que os dados serão tratados de modo coletivo, não sendo possível a identificação direta dos respondentes e nem da experiência com a RSE, de modo a preservar o respondente. Por fim, assumo o compromisso de, ao final da pesquisa, encaminhar os resultados para os que participaram.

Desde já, agradeço a sua participação e me coloco à disposição para

maiores esclarecimentos: fone (41) 9711-4616 ou e-mail: olivia.mestrado.ufpr@gmail.com ou olivia.resende@ufpr.br

Considerando a participação das pessoas que participaram da implementação do projeto e adotaram a RSE segundo os critérios do Pacto Global, avalie as questões abaixo:

Não se aplica	Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo pouco	Nem discordo nem concordo	Concordo pouco	Concordo muito	Concordo Totalmente
NA	DT	DM	DP	NDNC	CP	CM	CT

Considerando o impacto da adoção dos princípios do Pacto Global em relação à comunidade:

		NA	DT	DM	DP	NDNC	CP	CM	CT
28	Os funcionários tem liberdade de associação..	()	()	()	()	()	()	()	()
29	Após implantação dos princípios do Pacto Global, toda e qualquer forma de trabalho forçado ou compulsório foi eliminado.								
30	Com a adoção dos princípios do Pacto Global, pode-se dizer que houve eliminação efetiva do trabalho infantil, na empresa em que você atua.								
31	A implantação dos princípios do Pacto Global proporcionou redução na discriminação no emprego.								

Observações:
Desde já grata!

APÊNDICE B – OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Objetivo 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome.

Meta 1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia,

Meta 2: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.

Objetivo 2: Atingir o ensino básico fundamental

Meta 3: Garantir que, até 2015, todas as crianças de ambos os sexos, terminem o ciclo completo de ensino básico.

Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Meta 4: Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível, até 2005 e em todos os níveis de ensino, mais tardar até 2015.

Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil

Meta 5: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

Objetivo 5: Melhorar a saúde materna

Meta 6: Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, taxa de mortalidade materna.

Objetivo 6: Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Meta 7: Até 2015, ter detido a propagação do HIV/AIDS e começar a inverter a tendência atual.

Meta 8: Até 2015, ter detido a incidência da malária e outras doenças importantes e começar a inverter a tendência atual.

Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental

Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.

Meta 10: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem

acesso permanente e sustentável a água potável e segura.

Meta 11: Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

Objetivo 8: Desenvolver uma parceria mundial para o Desenvolvimento

Meta 12: Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.

Meta 13: Atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos.

Meta 14: Atender as necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Meta 15: Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.

Meta 16: Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo.

Meta 17: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em via de desenvolvimento.

Meta 18: Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial as tecnologias da informação e comunicação.